

ECO

192

Eco-192

ANÁLISE DA ASSIMETRIA NA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

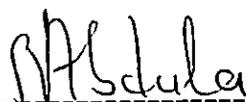
O Caso do Millennium Bim

Nádia Faruque Abdula

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE ECONOMIA
TRABALHO DE LICENCIATURA**

Declaração do Autor

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.



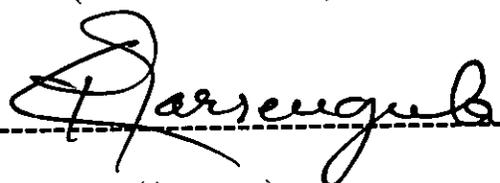
Nádia Faruque Abdula

Aprovação do Júri

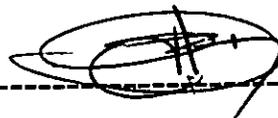
Este trabalho foi aprovado no dia 05 de Maio de 20 09 por nós, membros do Jure examinador da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente do Jure)



(Arguente)



(Supervisor)

Índice

Capítulo I: Introdução	1
1.1. Problema de Pesquisa.....	2
1.2. Hipóteses.....	3
1.3. Objectivo Geral	3
1.3.1. Objectivos Específicos.....	3
1.4. Relevância do Estudo.....	4
1.4.1. Importância do Crédito.....	4
1.4.2. Baixo Volume de Crédito.....	4
1.5. Metodologia.....	5
1.6. Estrutura.....	6
Capítulo II: Revisão da Literatura	7
2.1. Funcionamento das instituições jurídicas	9
2.2. Nível de poupança.....	10
Capítulo III: O Contexto Macroeconómico em Moçambique	15
3.1. Sistema Financeiro	17
3.1.1. Sistema Financeiro em Moçambique.....	18
3.2. Regulamentação do Sistema Financeiro	18
3.3. Reformas no Mercado Financeiro em Moçambique.....	19
3.4. Tendências Actuais e Factores Dominantes do Sistema Financeiro em Moçambique.....	21
Capítulo IV: Caracterização da Evolução da Banca	22
4.1. Composição do Sistema Bancário.....	23
4.2. Características dos Principais Intervenientes no Processo de Alocação de Crédito em Moçambique.....	24
4.3. Programação do Crédito	26
4.3.1. Evolução das Taxas de Juro	28
4.4. Caracterização da Evolução do Crédito a Economia (1990-2006).....	31
4.4.1. Evolução do Crédito na Economia	31
4.4.2. Evolução do Crédito por Sectores de Actividade	33
4.4.3. Evolução Sectorial do Crédito Líquido	35
4.4.4. Evolução Sectorial do crédito Utilizado.....	36
4.4.5. Evolução da Taxa de Reembolso	38
4.4.6. Evolução do Crédito por Finalidades	39
Capítulo V: Estudo de Caso do Millennium Bim	40
5.1. Historial.....	40
5.2. Principais Mais valias da Instituição.....	42
5.3. Actividade Creditícia do Banco	43
5.4. Estrutura Actual de tramitação e decisão de crédito	44
5.5. Política de Crédito do Millennium Bim.....	48
5.6. Análise de Risco de Crédito do Banco	49
Capítulo VI: Problemas de Acesso ao Crédito em Moçambique	50
6.1. Caracterização de Alguns Problemas de Acesso ao Crédito em Moçambique.....	50
6.2. Algumas Soluções para os Problemas de Concessão de Crédito Existentes em Moçambique.....	52
Capítulo VII : Conclusões e Recomendações	54
7.1. Conclusões.....	54
7.2. Recomendações.....	56

Índice dos Gráficos

1. Evolução da Poupança Interna.....	14
2. Evolução das Taxas de juro Activas.....	30
3. Evolução das Taxas de juro do MMI.....	31
4. Evolução do Crédito na Economia.....	32
5. Evolução do Crédito por Sectores de Actividades.....	34
6. Evolução da Taxa de Reembolso.....	39

Índice das Tabelas

1. Evolução das Taxas de Juro Activas.....	28
2. Evolução Sectorial do Crédito Líquido.....	35
3. Evolução Sectorial do Crédito Utilizado.....	37
4. Evolução dos Produtos Bancários.....	42
5. Resultados Líquidos do Exercícios.....	42
6. Participação do Millennium Bim no Crédito Total.....	45
7. Evolução Sectorial do Crédito do Millennium Bim.....	46
8. Evolução da Qualidade da Carteira de Crédito do Millenium Bim.....	46
9. Evolução das Provisões para os Riscos Gerais de Crédito.....	47
10. Evolução do Crédito com Garantias.....	58

Índice dos Anexos

1. Reforma do Sistema Financeiro em Moçambique.....60
2. Evolução do Numero de Instituições do Sistema Financeiro.....61
3. Distribuição das Agências Bancárias por Províncias.....61
4. Ranking sobre o Sector Bancário.....62
5. Evolução Sectorial do Crédito Total por Finalidades.....63

Dedico este trabalho aos meus pais, Faruque Ahirzamane Amade Abdula e Maria da Conceição Evaristo, pelo exemplo, honestidade, perseverança, dedicação e carinho, ao meu esposo Leonel Manuel dos Santos Seifana, pelo amor, apoio e companheirismo fundamentais para a realização deste trabalho e a minha filha Lénad Felizarda Seifana, por ter conseguido suportar, separada da mãe, as intermináveis horas de pesquisa, compilação dos dados, escrita e reescrita que este trabalho me impôs.

Agradecimentos

À todos que de forma directa contribuíram para este trabalho.

Ao supervisor, Dr. Armindo Carlos Nhabinde pela inestimável orientação metodológica, aconselhamentos, acompanhamento na elaboração deste trabalho, pela disponibilidade e paciência demonstrada que me permitiram realizar este trabalho e desenvolver-me como profissional e académica.

Ao professor Dr. Manoela Sylvestre pelo inestimável apoio ao longo deste caminho, pela orientação profissional e académica e pelo vasto conhecimento do qual pude desfrutar.

Ao corpo docente em geral, pelos conhecimentos que me foram transmitidos ao longo da minha carreira como estudante desta faculdade.

Ao meu tio Haidar Amade pelo apoio, e sugestões na elaboração deste trabalho, e por me ter facultado as entrevistas para o estudo de caso do Millennium Bim.

À Deus, e minha família, fonte infinita de inspiração, suporte e incentivos

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam com alegria e confiança

Lista de Abreviaturas

- ATM's - Caixa Automática de pagamentos
- AIL's - Activos Internos Líquidos
- BCI - Banco Comercial de Investimento
- BIM - Banco Internacional de Moçambique
- BCM - Banco Comercial de Moçambique
- BM - Banco de Moçambique
- BTs - Bilhetes de tesouro
- DNEAP - Direcção Nacional de Estudos e Analises Politicas
- FPA - Facilidade Permanente de Absorção
- FPC - Facilidade Permanente de Cedência
- FUH - Facilidade de Ultima Hora
- INE - Instituto Nacional de Estatísticas
- MMI - Mercado Monetário Interbancário
- OCDE - Organização para Cooperação Económica de Desenvolvimento
- POS's - Ponto de Venda
- SWIFT - Sistema Internacinal para Transferências Bancárias e de Informações
- VISA - Empresas de Prestação de Serviços de pagamentos Internacionais

Sumário

O presente trabalho versa sobre a distribuição do crédito por sectores de actividade, concretamente nas áreas de agricultura, comércio, indústria, construção, transporte e outros sectores tendo sido feita uma análise teórica a volta do tema, consubstanciada no estudo de caso do (Millennium Bim).

Até 1992, a distribuição do Crédito na economia era determinada através de critérios administrativos segundo a qual o governo privilegiava alguns sectores considerados prioritários em detrimento dos outros. Com andar do tempo, o sistema financeiro foi-se desenvolvendo e diversificando, pois com a descentralização dos Activos Internos Líquidos (AIL's) e a liberalização das taxas de juro ocorridas em 1994, foi possível uma mudança radical a nível do sistema bancário, onde os bancos comerciais passaram a ter uma maior autonomia na gestão da sua carteira de crédito. Actualmente, os critérios de decisão da alocação do crédito nas diferentes actividades económicas do país dependem das estratégias e políticas dos bancos comerciais, tendo o Banco de Moçambique (BM) pouca influência sobre esta matéria, intervindo apenas para monitorar os bancos através de instrumentos como as reservas obrigatórias e outros.

O estudo baseou-se nas estatísticas oficiais do Banco de Moçambique bem como do Millennium Bim, comparando a evolução e comportamento do crédito na economia e nas diferentes actividades económicas do país.

Do estudo chegou-se a conclusão que a evolução do crédito na economia, em termos absolutos, tem conhecido uma tendência crescente, o que revela uma maior disponibilidade de fundos para os sectores.

Em termos relativos, analisando esta evolução por sectores de actividade, verifica-se que há uma tendência decrescente dos fundos alocados à agricultura, devido a sua fraca capacidade de retorno, com elevado risco e falta de garantias que este sector apresenta e um aumento nos outros sectores, em particular o comércio, indústria, devido ao menor risco e

maior capacidade de retorno aos empréstimos concedidos que o desenvolvimento dinâmico destes sectores tem vindo a proporcionar.

Pelo contrário, os sectores do transporte e construção têm vindo a apresentar uma tendência estável e baixa ao longo do período em análise. Este facto é explicado pela particularidade que os próprios sectores apresentam. No caso da construção, este sector funciona com base nas garantias bancárias, e fundos adiantados pelo Estado para as Construções, e para o caso do transporte este sector apresenta problemas semelhantes ao sector da agricultura, que para além dos transportes ferro-portuários que funcionam com dificuldades, o transporte marítimo é quase inexistente, restando o transporte rodoviário que está nas mãos do sector familiar e informal, com elevados riscos e sem condições de prestarem garantias bancárias.

Perante esta situação recomenda-se:

A criação de incentivos de forma que os investidores se sintam confortáveis em investirem em actividades de elevado risco, como por exemplo, para o sector da industria existem incentivos como as zonas francas, e seria importante que houvesse para as outras áreas, como também comparticipação no risco, por parte do estado, ou parcerias com as ONGs. A criação de facilidades de licenciamentos para que os diferentes operadores informais passassem a operar no sector formal, permitiria aos operadores negociarem melhor os seus créditos junto dos bancos.

Finalmente, considerado o facto da agricultura ser um sector predominantemente familiar, com falta de capacitação técnica e com uso de tecnologias rudimentares, seria necessário uma capacitação técnica no uso de tecnologias mais avançadas de modo a permitir uma produção de culturas de alto rendimento, preferencialmente virada ao mercado, o que colocaria aos produtores a negociarem melhor os créditos.

Capítulo I: Introdução

O crédito é um instrumento de que as instituições se valem para rentabilizar as suas aplicações. Algumas instituições, quando não dispõem de recursos suficientes para colmatar as suas necessidades de fundo de maneio ou de investimentos recorrem ao crédito. Nessa relação, as instituições devem utilizar o crédito concedido para rentabilizar as suas actividades de modo a cumprir com as obrigações a ele inerentes, por seu lado, os bancos procuram rentabilizar as suas aplicações financeiras aumentando, desse modo, a sua capacidade de concessão de novos créditos.

Uma das funções das instituições financeiras é a concessão de crédito, colocando os seus recursos financeiros à disposição das unidades económicas e dos particulares, através do crédito, as instituições pretendem rentabilizar as suas aplicações e os agentes económicos colmatar as suas necessidades de fundo de maneio e/ou de investimentos. Neste processo, os intervenientes prevêm os encargos desse financiamento, o reembolso do crédito e os respectivos benefícios.

Neste contexto, para que o crédito se concretize deve, entre outros, existir entre as instituições financeiras e as unidades económicas confiança suficiente, definir-se o montante do crédito, o prazo, o preço desse crédito, que se reflecte na taxa de juro, bem como a área de aplicação do crédito.

Ao longo de toda a história económica moderna, o instrumento do crédito tem sido um impulsionador da geração de emprego e renda. Pois o crédito possibilita a concretização das oportunidades de investimentos para os agentes económicos. Nos dias de hoje o crédito torna-se mais importante, pois verifica-se uma grande parte da população a fazer o uso diário, de empréstimos bancários, cartões de crédito, entre outros, sendo ele um motor indispensável para o desenvolvimento económico de muitos países.

1.1. Problema de Pesquisa

A falta de crédito para as empresas realizarem investimentos rentáveis é um problema que pode ser verificado em qualquer país do mundo, mas que atinge com maior força os países em desenvolvimento [Caprio e Demirgüç-Kunt (1998)].

Segundo *Abreu e Hallan (1993)*, o governo orientava os bancos sobre as actividades que deveriam beneficiar de crédito, ou seja, os bancos comerciais praticamente deixaram de aplicar critérios económicos na tomada de decisão sobre tal matéria. Por essa razão, imputa-se à ineficácia das políticas do passado, a responsabilidade por essa dívida mal parada.

Contudo, não é fácil concluir se a distribuição do crédito vem sendo ou não apropriada, uma vez que, nas condições de Moçambique é extremamente difícil reconhecer quais são os sectores economicamente prioritários ou, pelo menos, onde se deverá investir. Por outro lado, é forçado concluir que a economia se esteja a ressentir da restritividade do crédito pois, a limitação quantitativa impõe-se apenas a nível do Sistema Bancário, existindo uma série de outros programas de financiamento à economia, da iniciativa do Governo, das ONG 's e do Sector Privado, em geral.

Pois não existe informação disponível e sistematizada para se avaliar se a estrutura sectorial e regional do crédito decorrente de tais iniciativas, segue ou não a configuração que existe relativamente ao crédito bancário.

Portanto, diante deste problema, as questões para as quais se pretende encontrar respostas são as seguintes:

Quais são os critérios usados pelo banco para a concessão de crédito nas diferentes actividades económicas do País?

Que factores influenciam a decisão do banco sobre as taxas de juro cobradas?

Para responder a estas questões foi feito um estudo geral sobre a distribuição de crédito por sectores de actividade, mais especificamente um estudo de caso sobre o Millennium Bim,

particularmente aos seus métodos de medição, mitigação de risco, critérios de decisão e alocação de crédito.

A conclusão que se chega é que o Millennium Bim tem tomado medidas altamente prudências no controle e decisão de crédito com o objectivo de oferecer crédito de qualidade aos potenciais clientes do banco. Sendo que os critérios usados pelo banco para a concessão do crédito nas diferentes actividades económicas do país são em função dos projectos apresentados pelos sectores, na sua capacidade de gerar retorno para o pagamento da dívida bem como em função do risco envolvido e as garantias apresentadas. Em relação aos factores que influenciam a decisão sobre as taxas de juro cobrada o Millennium Bim fixa as suas taxas em função da taxa existente do mercado interbancário, sendo que a partir desta acrescenta um spread bancário em função do risco associado a operação, isto é, quanto maior for o risco maior será a taxa.

1.2. Hipóteses

- O volume de crédito disponibilizado aos sectores de actividade aumenta em função da taxa de reembolso que cada sector apresenta;
- A taxa de juro aumenta em função do risco envolvido na actividade económica;

1.3. Objectivo Geral

O presente estudo tem como objectivo geral analisar a assimetria na distribuição do crédito por sectores de actividade.

1.3.1. Objectivos Específicos

- Analisar o contexto e a perspectiva do crédito no actual quadro macroeconómico e no âmbito do processo de reformas do mercado financeiro;
- Caracterizar os principais intervenientes no processo de alocação de créditos em Moçambique;
- Analisar a evolução do crédito na economia bem como a evolução do comportamento do fluxo de fundos disponibilizados aos sectores de actividade;
- Apresentar algumas propostas de soluções para os problemas no processo de alocação de crédito.

1.4. Relevância do Estudo

1.4.1. Importância do Crédito

A disponibilidade de crédito tem uma grande importância na geração de investimentos produtivos com capacidade de propiciar crescimento económico. É através do uso de financiamento de longo prazo que os sectores adquirem parte dos seus activos permanentes que, por sua vez, são os instrumentos de transformação dos recursos por eles contratados.

Segundo [Caprio e Demirgüç-Kunt (1998)], a utilização de financiamento de longo prazo por sectores industriais tende a estar associada a um nível de produtividade mais elevado. Enquanto o capital próprio é a fonte primária de recursos para a constituição da empresa, o capital de terceiros é fundamental na expansão das actividades dos sectores e, conseqüentemente, da economia de uma nação. Sendo que quanto maior o desenvolvimento da intermediação financeira, ou seja, quanto maior sua capacidade de realocar o capital para o uso de maior valor sem risco substancial de perda por risco moral, selecção adversa ou custo de transacção, maior a taxa de crescimento do PIB do país.

1.4.2. Baixo Volume de Crédito

O baixo volume de crédito disponível para os sectores realizarem investimentos é uma característica comum dos países em desenvolvimento. Beck (2000), citado por Cruz (2004), mostra que os países da América latina apresentam níveis de crédito aos sectores de actividade inferiores aos verificados nos países membros da OCDE¹.

Segundo [Caprio e Demirgüç-Kunt (1990)], argumentam que se uma empresa de um país em desenvolvimento fosse “transplantada” para um país desenvolvido, ela receberia um volume substancialmente superior de crédito.

No Brasil, assim como na maior parte dos países em desenvolvimento, a maior parte do crédito disponível, exceptuando os de origem governamental, que também são escassos, é direccionado para o curto prazo, sendo o prazo médio das operações de crédito livre de apenas 218 dias. Pois é

¹ Organização para Cooperação Económica de Desenvolvimento

comummente aceite que os empréstimos de curto prazo devem ser utilizados, em princípio, para suprir eventuais necessidades de caixa, mas no Brasil, bem como em países em desenvolvimento, é comum ver empresas que utilizam tal modalidade de financiamento com uma frequência para cobrir diferenças estruturais de capitais[Cruz, (2004)]

Ainda que o foco deste trabalho não seja apenas no financiamento de longo prazo mas sim no financiamento total disponibilizado, tais informações nos permitem perceber que a deficiência do mercado de crédito brasileiro, de modo geral, aplica-se para outros países em desenvolvimento como o caso de Moçambique.

1.5. Metodologia

O presente estudo consiste no levantamento teórico dos conceitos e outros elementos a este assunto relacionado, através duma pesquisa bibliográfica, livros e artigos científicos direccionados a área do crédito, pesquisa documental de relatórios e boletins oficiais do Banco de Moçambique, assim como consultas em sites na Internet.

São usadas combinações de *métodos específicos*: (1) *observacional*- observação das tendências de crédito na economia moçambicana, (2) *comparativo* comparação da distribuição de crédito entre sectores, e (3) *estatístico* cálculos de tendência evolucionista do crédito na economia no geral e em diferentes sectores no particular.

Por fim será feito um estudo de caso do Millennium Bim.

1.6. Estrutura

O presente estudo apresentar-se-á estruturado da seguinte forma:

- No Primeiro Capítulo é feita a introdução geral do trabalho, são igualmente apresentados os objectivos do trabalho, o problema de pesquisa, as hipóteses, a fundamentação do tema e a metodologia do trabalho;
- No Segundo Capítulo é feita a revisão da literatura em volta do assunto em causa;
- No Terceiro Capítulo é feita uma análise dos desenvolvimentos recentes na área macroeconómica, caracterização do sistema financeiro em Moçambique, as reformas operadas no mercado financeiro, bem como as tendências actuais e factores dominantes no sistema financeiro em Moçambique.
- No Quarto Capítulo é feita uma caracterização da evolução da banca assim como a composição actual do sistema bancário, é igualmente feita uma caracterização dos principais intervenientes no processo de alocação do crédito à economia, a programação do crédito em Moçambique bem como a caracterização da evolução do crédito na economia em geral e em particular nos sectores de actividade.
- No Quinto Capítulo é feito um estudo de caso do Millennium Bim.
- No Sexto Capítulo são apresentados os principais problemas enfrentados na concessão de crédito, bem como, algumas propostas de soluções para os mesmos;
- No Sétimo Capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações finais do trabalho.

Capítulo II: Revisão da Literatura

Nesta secção serão apresentados factores que influenciam a distribuição de crédito na economia nacional.

A palavra *crédito* provém do latim '*credere*' e significa acreditar, confiar. O *crédito bancário* (e outras formas de crédito), permite a um produtor compensar o desfaseamento entre a produção e venda de bens e permite a um consumidor comprar bens com o seu rendimento futuro (Bannock: 1987).

A lei 15/99 de 01 de Novembro, define o crédito "*como o acto pelo qual uma entidade, agindo a título oneroso, coloca ou promete colocar fundos à disposição de uma outra entidade contra a promessa de esta lhos restituir na data de vencimento, no interesse da mesma, uma obrigação por assinatura*". Portanto o crédito, não se limita ao desembolso de valores, é extensivo às obrigações por assinatura, isto é acordos que mesmo não implicando mobilização imediata de valores por parte do banco, podem trazer consigo obrigações de desembolso no futuro, como por exemplo, a prestação de garantias aos clientes, fianças, etc. (Ribeiro, 2003).

Segundo o *ISGB (1994:1.3)* - os bancos ao concederem créditos, devem mediar um tempo economicamente significativo, de que resulta uma vantagem para o beneficiário do diferimento (devedor) e uma perda para quem concede o crédito (credor) e por isso é compensado através do recebimento de um preço (juro); isto leva-nos aos quatro elementos essenciais do crédito, nomeadamente: *a confiança, o tempo, o risco e o juro*.

A confiança – é a base de toda a relação de troca, em que se confia que o devedor possa cumprir no futuro a prestação ou prestações objecto da relação estabelecida. A confiança é, portanto, o elemento determinante de todas as manifestações de crédito que emergem da prática dos numerosos actos da vida corrente. Mas se a confiança é um elemento necessário, não é suficiente para decidir sobre a concessão de financiamento, sendo necessário considerar outros elementos, nomeadamente uma análise exaustiva sobre a rentabilidade do projecto a financiar;

O tempo (prazo) – Este elemento, está intimamente relacionado com o primeiro, envolve a ideia de que a concessão do crédito nunca é simultânea com o seu reembolso, acontecendo que, quanto maior for o prazo concedido, maior terá de ser a confiança do credor na pessoa do devedor. A noção de crédito a curto, médio e longo prazo não é pacífica nem uniforme. De um modo geral, considera-se *crédito a curto prazo* aquele que se destina a cobrir necessidades momentâneas de tesouraria, não excedendo regra geral de um ano. Este tipo de crédito pode ter um prazo muito curto (trinta, sessenta ou noventa dias, por exemplo). É difícil encontrar para o *crédito a médio prazo* um período aceite por todos, mas pode-se indicar como referência aquele que varia entre (um a cinco anos). No *longo prazo*, que ultrapassa os cinco anos, consideram-se investimentos de maior duração, como sejam as compras de imóveis por parte de particulares, implementação da organização e aproveitamento de recursos ou a expansão da dimensão das empresas.

O risco – O risco está sempre presente no crédito e traduz a impossibilidade de conhecer o futuro. Por maior que seja a confiança que o credor deposite no devedor, há sempre a incerteza de que este último, no respectivo prazo, liquide ou honre os seus compromissos. Este elemento pode também contribuir para o aumento do crédito mal parado, particularmente se com base na confiança se financia áreas com risco muito elevado, sem análise prévia do risco sectorial, pessoal, e económico.

O juro – é a compensação recebida pelo credor por não dispor do objecto da relação estabelecida com o devedor durante o tempo acordado, é importante que, desde o início, se pondere a exequibilidade de o devedor gerar uma mais-valia, de forma a que findo o prazo combinado, possa restituir ao credor, para além do juro, a prestação inicialmente acordada. Quanto maior for o risco maior será o juro da operação. No entanto, existem casos em que uma taxa de juro elevada pode inviabilizar projectos em questão, pois vale mais cobrar uma taxa baixa (mais compensadora) que viabiliza o projecto e permita em simultâneo ao agente económico o cumprimento das suas obrigações creditícias.

Segundo *Rivoire (1986:48)* e *Vaz (1999:133-135)* para além dos elementos acima, existem outros elementos definidores de crédito, a saber:

A finalidade – consiste em assegurar que o propósito do empréstimo é legal e está de acordo com a política de crédito definida pela entidade bancária. E deve controlar-se o crédito concedido é ou não aplicado na área para onde foi solicitado de modo a garantir que aquele gere uma mais valia que assegure o reembolso do juro e do capital e ainda a rentabilidade do próprio negócio.

O montante – O montante de crédito deve ser justificado por necessidades financeiras efectivas e limitado a essas necessidades, sem que se abra a possibilidade a excessos que geram prejuízos. Como princípio, deve exigir-se que o cliente participe no financiamento com capitais próprios e se envolva directamente no bom sucesso da actividade que originou o pedido, pois o banco não deve correr os riscos todos sozinho.

2.1. Funcionamento das instituições jurídicas

As instituições de um país têm sido apontadas como factores determinantes no seu desenvolvimento. Caprio e Demirguç-Kunt (1998), afirmam que como imperfeições de mercado causadas por conflitos de interesse e informações assimétricas restringem a habilidade dos sectores em captar recursos externos, e como a magnitude de tais imperfeições depende da efectividade no funcionamento dos sistemas legal e financeiro, deve haver uma diferença sistemática na capacidade de sectores de diferentes países captarem recursos, provocando assimetria na concessão de crédito pelos mesmos, já que parece haver diferença no funcionamento de tais sistemas. Eles argumentam que um sistema jurídico e financeiro que seja eficiente é fundamental para que os sectores sejam capazes de mostrar credibilidade ao se comprometerem a controlar comportamentos oportunistas de seus administradores e por essa via reduzirem as assimetrias existentes na concessão do financiamento.

Olson (1996) e Pinheiro (2000), sustentam que qualquer país que adopte instituições e políticas económicas razoáveis experimenta uma rápida retomada do crescimento e classifica o sistema legal, que protege os direitos de propriedade e os contratos, como uma das instituições mais importantes. Assim como, concluíram que países com boas instituições jurídicas e financeiras, têm um crescimento *per capita* três vezes maior e apresentam níveis de eficiência 100% superiores aos observados em países com instituições precárias, permitindo volumes elevados de financiamento para os sectores e com uma redução da assimetria na sua distribuição.

Cabral e Pinheiro (1998), conclui que as ineficiências na execução dos contratos reduzem o volume e aumentam o custo de crédito num país. Conforme nota Carvalho (2003), a eficácia da existência de garantias depende da eficácia no processo de retomada das mesmas.

Os mercados de crédito são particularmente afectados por um sistema jurídico ineficiente devido à grande possibilidade de ocorrência de problemas de selecção adversa e à grande dependência que têm de financiamento externo, o que acabam beneficiando alguns sectores em detrimento dos outros. A ineficiência do sistema jurídico pode tornar muito difícil a obtenção das garantias oferecidas como contrapartida dos empréstimos fornecidos. As operações de crédito de longo prazo são ainda mais sensíveis à qualidade do sistema jurídico, uma vez que são contratos de longo prazo, naturalmente incompletos e, portanto dando margens a conflitos entre as partes. Sendo que um sistema legal forte e eficiente pode favorecer a oferta de crédito num país bem como reduzir os *spreads* bancários. A morosidade e os custos do judiciário pode-se considerar como sendo factores determinantes da influência do desempenho da justiça para o mercado de crédito, [Cruz (2004)].

Em Moçambique, as barreiras jurídicas e institucionais à selecção e recuperação do crédito aumentam o risco. O risco de crédito é elevado às poucas garantias de aplicação dos contratos através do sistema jurídico, devido a ausência de mercados de propriedade, como forma de garantia para os empréstimos, e uma fraca cultura de pagamentos. Assim como também são apontados como factores que dificultam a concessão de crédito a burocracia e a morosidade do sistema legal na resolução dos contratos bem como dos problemas no mercado de crédito. Entretanto, o quadro legal existente não se adequa com as novas necessidades de uma economia de mercado, a divulgação e implementação dos novos procedimentos têm sido deficientes e a debilidade do funcionamento das instâncias jurídicas impede a aplicação de soluções legais adequadas para casos de crédito mal parado.

2.2. Nível de poupança

O crédito bancário disponível para empréstimo aos sectores é directamente dependente do volume de poupança existente num país. Tal relação resulta do facto das famílias consumirem menos do que o seu rendimento líquido, gerando poupança e que tal poupança é direccionada a empresas que possuem projectos atractivos mas não dispõem de capital para realizá-los. Dessa maneira, o

sistema financeiro, numa economia minimamente complexa, faz a ligação entre a poupança existente e o investimento desejado através da concessão de financiamento [Dornbusch e Fischer (1998)].

Martelanc (1998), observa que os países menos desenvolvidos vivem, tipicamente, uma situação de baixo nível de poupança nacional por não terem completado ainda um ciclo apropriado de acumulação de capitais. Além disso, muitos países têm governos tão deficitários que retiram parte substancial da poupança para o seu próprio financiamento, reduzindo assim as fontes de crédito para o sector privado.

Em diversos países a necessidade de financiamento do sector público retira da economia um montante de recursos bastante volumoso, inibindo o acesso ao crédito por parte das empresas e sectores de actividade, sendo que uma redução dos empréstimos governamentais para financiar o *defice* reduz as taxas de juros encorajando a realização de investimentos. Desse modo acabando criar o racionamento do crédito que ocorre quando as entidades emprestadoras limitam a quantidade de empréstimo concedidos aos indivíduos, mesmo que eles estejam dispostos a pagar a taxa de juro corrente sobre o empréstimo [Dornbusch e Fischer (1998)].

Isso pode ser visto através de um simples esquema de contas nacionais²,

Sabendo que a poupança total (S), é igual à poupança privada (S_{priv}), mais a poupança pública (S_{pub}) (equação 1). A segunda é composta da renda (Y), deduzida de impostos (T) e do consumo (C) (equação 2), enquanto a terceira é composta da arrecadação do governo, via imposto (T), menos seus gastos (G) (equação 3).

$$S = S_{priv} + S_{pub} \quad (\text{Equação 1})$$

$$S_{priv} = Y - T - C \quad (\text{Equação 2})$$

$$S_{pub} = T - G \quad (\text{Equação 3})$$

² Cruz (2004)

A equação 1 pode ainda ser escrita em sua forma mais completa, sendo assim mais útil para o fim aqui proposto (equação 4).

$$S = Y - C - G \quad (\text{Equação 4})$$

Por outro lado temos uma outra identidade fundamental que expressa a relação entre o PIB (Y), e consumo (C), investimento (I), compras governamentais (G) e exportações líquidas (NX) (equação 5).

$$Y = C + G + I + NX \quad (\text{Equação 5})$$

Substituindo a equação 5 na equação 4 temos (equação 6)

$$S = I + NX \quad (\text{Equação 6})$$

Depreende-se da equação 6 acima que uma redução na poupança nacional leva a uma redução do investimento e/ou a uma redução das exportações líquidas. A relação com o mercado de crédito é, portanto, directa: quando o governo incorre em *defice*, ou seja, tem uma poupança negativa, a poupança nacional é reduzida a um valor menor que o da poupança privada e menos crédito está disponível na economia, o que eleva as taxas de juro, reduzindo assim o investimento. Essa elevação na taxa de juros causa ainda uma maior procura por títulos nacionais fazendo com que a taxa de câmbios se eleve e diminuindo as exportações líquidas, o que corresponde a uma elevação da poupança externa captada.

Do mesmo modo, uma manutenção dos níveis de poupança pública e uma redução dos níveis de poupança privada traria efeitos semelhantes, levando a menos crédito disponível para o financiamento.

Numa economia completamente aberta, a redução da poupança nacional é plenamente coberta pela elevação do nível de utilização de poupança externa, a taxa de juros não se altera, a taxa de câmbios se eleva e o nível de produção no país permanece estável, mas a distribuição dos resultados dos investimentos sendo feitos será cada vez mais favorável aos investidores externos,

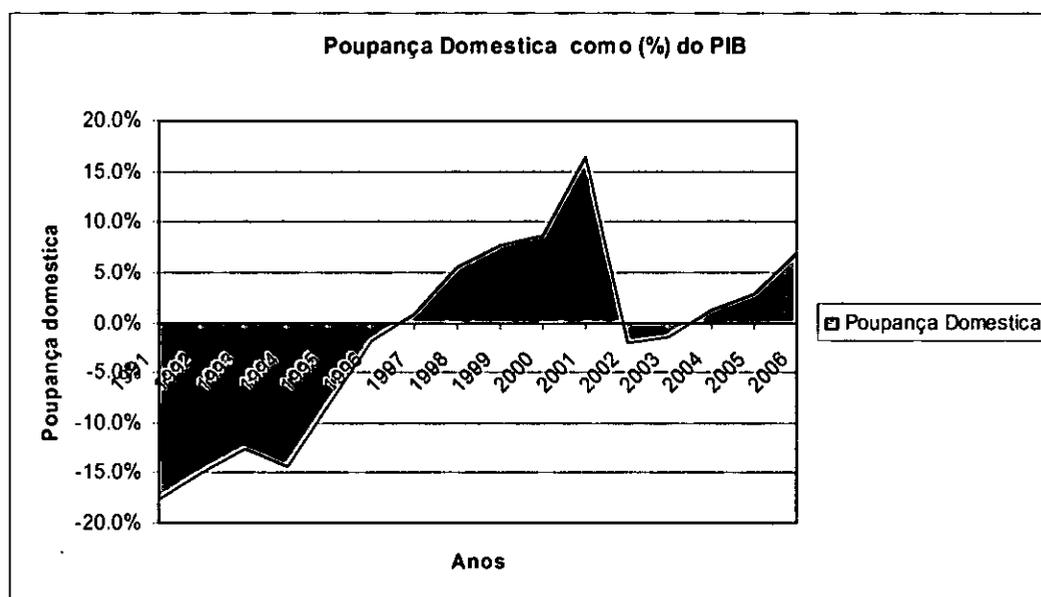
devido a uma maior participação de capitais externos na estrutura de financiamento da economia, em detrimento dos internos, causando assim uma redução do PNB, ainda que o PIB não se altere.

Já numa economia plenamente fechada, a equação 6 nos mostra que todo o ajuste decorrente da redução da poupança nacional se dará com a elevação das taxas de juros e redução de investimento. Num primeiro momento tal situação provavelmente elevará a renda devido ao maior consumo, porém no longo prazo haverá o que é conhecido como *crowding out*, ou seja um *défice* produtivo na economia devido ao longo período sem investimentos em níveis adequados e uma correspondente redução da renda, [Cruz, (2004)].

Numa economia que tenha um grau de abertura entre zero e 100% os dois efeitos (aumento da poupança externa e redução dos investimentos) serão absorvidos, porém cada um deles em menor escala. Na ausência de uma mobilidade perfeita de capitais, a redução na poupança nacional implica insuficiência de fundos para financiar investimentos dadas as taxas de juros e de câmbios existentes. Esse desbalanciamento pressiona as taxas de juros para cima devido à competição das firmas por uma quantidade limitada de fundos para financiar investimentos”, [Cruz (2004)].

A utilização de poupança externa para reequilibrar a relação entre a poupança interna e investimento depende do grau de abertura financeira do país. Quanto mais ele estiver integrado às correntes internacionais de capital, menos sensível será a curva de oferta de capital, ou seja, uma redução da oferta interna de capital (poupança interna) não causará uma elevação dos preços do capital (taxas de juros) pois o mercado externo fornecerá o crédito necessário.

Segundo Metier (2003), após anos de nível de poupança interna bastante baixo, sendo que durante muito tempo foi negativa, associados à tendência consumista, dependência de subsídios e descontrolo da despesa pública, a economia moçambicana passou a partir dos finais dos anos 90 a apresentar níveis importantes de poupança interna, ainda que insuficientes para financiar o volume de investimentos que o crescimento e recuperação económica se impõem. Efectivamente a poupança interna passou de níveis negativos a partir de 1996 para níveis positivos excluindo os anos 2003, atenuando o peso dos donativos e da poupança externa no financiamento da economia.

Gráfico 1: Evolução da Poupança Domestica (1991-2006)

Fonte: Adaptado do INE (1991-2006)

As responsabilidades financeiras internas do tesouro tem vindo ultimamente a aumentar, de ano para ano, o que em termos gerais até é consentâneo com o desenvolvimento da própria função pública e do próprio sistema financeiro nacional. Até bem pouco tempo, o país não dispunha de meios técnicos e legais para a emissão de obrigações do tesouro, o que implicava que em caso de necessidades de financiamento de défice do seu orçamento, o Ministério das Finanças (MF) só poderia recorrer a poupança externo e interna junto ao Banco de Moçambique na qualidade de Banqueiro do Estado.

Mais nos últimos anos o empréstimo de curto prazo destinado ao financiamento de défices de tesouraria é contraída junto as instituições de crédito através do Mercado Monetário Interbancário adquirindo os Bilhetes de Tesouro. Enquanto que o empréstimo de médio e longo prazo, é emitido pelo MF adquirindo através da colocação de Obrigações de Tesouro na Balsa de Valores.

O baixo nível de rendimentos per capita e a cobertura incompleta do sistema bancário são os principais factores que explicam o baixo nível do rácio de poupança no país. Pois o governo tem evidenciado esforço na promoção das actividades de micro-crédito, e através da *Campanha Nacional de Promoção da Poupança* prevista no PARPA II com o objectivo de incentivar o aumento da poupança nacional e o aumento sustentável do crédito e micro-crédito à economia.

Capítulo III: O Contexto Macroeconómico em Moçambique

Desde a Independência que a gestão económica em Moçambique foi marcada por uma forte intervenção do Estado ao estilo das economias centralmente planificadas. As características centrais deste modo eram a alocação administrativa de recursos e o estabelecimento dos preços por considerações de equidade. Esta situação levou a economia a experimentar uma procura total de bens e serviços excessiva, perante uma oferta declinante.

Em Julho de 1987, após a apresentação de um relatório do Governo ao Grupo Consultivo de Paris, o Governo iniciou um processo de reformas que visava, no mais curto espaço de tempo possível estabelecer equilíbrios macroeconómicos e restaurar um ambiente favorável ao crescimento económico, através da reversão do declínio global da produção, garantir um nível mínimo de renda e consumo, especialmente para a população rural, reduzir os desequilíbrios financeiros, fortalecer a balança de pagamentos e criar as condições necessárias ao desenvolvimento económico.

Para tal, segundo [Neves (2003)], foram previstas várias medidas, nomeadamente, *a desvalorização da moeda, a restrição da expansão monetária através da elevação das taxas de juro combinadas com a imposição de limites de créditos e com a redução do financiamento do Banco Central dos défices orçamentais, a redução das despesas governamentais, a realização de uma reforma fiscal, a retirada do Estado da actividade produtiva através das privatizações das empresas estatais e intervencionadas, a liberalização dos preços para reflectirem a escassez dos recursos, a adopção de diversas medidas estruturais ao nível sectorial, o reescalonamento da dívida externa e estabelecimento de critérios de negociação de novos créditos, bem como pedidos de cancelamento da dívida externa.*

A situação de paz que se vive em Moçambique desde 1994, o aumento de investimentos estrangeiros e a contínua assistência da comunidade doadora contribuíram significativamente para os resultados económicos alcançados nos últimos anos. A confiança na economia melhorou consideravelmente, o que se tem vindo a reflectir-se no rápido crescimento do investimento privado.

O ano de 2000 foi marcado pelas cheias que fizeram recuar, ou pelo menos atrasar, muito o efeito de recuperação estrutural que se vinha sentido nos últimos anos que se seguiram ao acordo de paz, com maior expressão depois das eleições de 1994. Provocando perdas de centenas de vidas humanas, destruição de infra-estruturas básicas e a paralisação de vários sectores de actividade com impacto na desaceleração do crescimento económico, no agravamento da taxa de inflação e na depreciação do metical, o que condicionou o desempenho da nossa economia no ano 2000.

Em finais de 2004, houve eleições parlamentares e presidenciais, não tendo contudo havido mudanças do partido no poder. O programa económico do governo saído das eleições mantém-se na mesma linha do governo anterior embora possa haver algumas diferenças no estilo dos protagonistas.

O ano de 2006³, foi palco de diversas mudanças no âmbito do sistema bancário nacional, onde podemos destacar a eleição do novo governador do Banco de Moçambique em 27 de Julho de 2006. Também se registou a introdução das notas e moedas do metical da nova família, que no final do ano, já haviam substituído as notas e moedas antigas a um nível de 90 %.

O PES – Plano Económico e Social do Governo para o ano de 2006, definiu um crescimento económico anual de 8.00% média de crescimento do PIB nos últimos 10 anos. Contudo, o balanço do PES revela-nos que a taxa de crescimento do PIB foi maior que o previsto, tendo esta se mantido ao nível de 9.6%. Este desvio positivo deveu-se, sobretudo ao crescimento conjunto dos diferentes sectores da economia que, no global atingiram um crescimento real de 9.20% em 2006, o que representa uma aceleração de 0.80 pontos percentuais em relação a 2005. Contribuíram em grande média para esse desempenho global os seguintes sectores, embora todos os outros tenham registado crescimento positivo em relação a 2005, com excepção do sector de pesca:

- O sector da agricultura (11.10%), mercê de condições climáticas mais favoráveis;
- O sector de construção (23.60%), devido ao aumento do investimento em obras públicas, com destaque para a construção das pontes sobre os rios Zambeze em Caia, Limpopo, entre

³ KPMG, (2006).

Guijá e Chóckwe, e Lugela na Zambeze, bem como as obras de ampliação da ENI, reabilitação de barragens e demais edificações públicas (escolas e Hospitais); e

- O sector dos transportes e comunicações (21.20%), como resultado do aumento registado na oferta de serviços de comunicação, transporte aéreo e transporte rodoviário de carga.

3.1. Sistema Financeiro

Segundo [Neves, (2003)], o sistema financeiro de qualquer país é um todo unitário em que os diferentes intervenientes partilham em comum os erros e sucessos mútuos, a boa e a má gestão, a racionalidade e o esbanjamento. Por outro lado, no sistema financeiro reflecte-se também a adequabilidade ou não das políticas económicas e sociais em vigor.

Os sistemas financeiros requerem condições favoráveis para se desenvolverem, as quais incluem entre outros aspectos, o estabelecimento de uma gestão macroeconómica sã, a liberalização do mercado financeiro, a redução do controle sobre as taxas de juro e crédito, assim como uma adequada regulamentação e supervisão do sistema bancário.

Os mercados financeiros a nível internacional, e de um modo muito particular nos países considerados mais desenvolvidos, é caracterizado por mudanças aceleradas quer em termos de estrutura e composição dos sistemas financeiros, quer mesmo em termos de produtos e instrumentos transaccionados e de cultura de funcionamento institucional. Tais avanços, fundamentalmente são motivados por factores de mudança tais como a desregulamentação, modernização, desenvolvimento tecnológico, progressos económicos, imperativos prudências e maiores exigências do lado da procura, têm estado a resultar em tendências evolutivas essencialmente caracterizados por uma maior integração interna dos diferentes segmentos dos mercados domésticos, internacionalização, globalização dos mercados de capitais, inovação e concorrência, assim como por uma maior universalização e consolidação das instituições financeiras. Já em países como Moçambique, os ventos de mudança chegam através dos programas de reforma em curso, basicamente caracterizados por uma maior liberalização financeira, inovação e concorrência. A experiência mostra-se bastante interessante: a desregulamentação é aqui um processo que ocorre num ambiente de grande produção de regulamentos que visam exactamente uma maior liberalização.

3.1.1. Sistema Financeiro em Moçambique

Historicamente, a evolução do sistema financeiro em Moçambique nos últimos 35 anos pode ser periodizada da seguinte maneira:

- O período do surgimento e consolidação do sector financeiro na época colonial: Estende-se até 1975 e foi caracterizado por uma nítida estruturação, consolidação, diversificação e mais ampla implantação geográfica do sector.

Como regulamentação pertinente por de traz deste processo, é de se mencionar o Decreto-Lei 45296, de 8 de Outubro de 1963, que regula o exercício das funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes á actividade bancária nas então províncias ultra marinhas.

- O período da destruição/ transformação do sistema financeiro colonial: Decorre de 1975 a 1986/87, e é caracterizado pela criação, pela primeira vez em Moçambique, de um banco emissor, pelo processo de integração da banca e conseqüente monopolização, por parte do estado, da actividade de intermediação financeira (banca, comércio de câmbios e seguros). É também neste período que se assiste à limitação da diversificação de produtos financeiros e à quase substituição do papel de intermediação financeira até então exercido pelo sistema financeiro, para o mecanismo de afectação de recursos via plano estatal central. Adicionalmente, tanto as taxas de juros como as taxas de câmbios são administrativamente estabelecidas pelas autoridades.
- O período de reforma do sistema financeiro no quadro do ajustamento estrutural, que está em curso desde 1987 e que compreende fundamentalmente a reforma jurídico-constitucional conducente a uma maior liberalização, diversificação das actividades do sector e abertura à iniciativa privada tanto de capitais estrangeiros; a reforma de instrumentos e mecanismos de gestão das políticas financeiras; a recente privatização dos bancos do Estado e eliminação dos monopólios nas áreas dos seguros, comércio de câmbios e operações com o exterior. [Abreu, (2005)]

3.2. Regulamentação do Sistema Financeiro

O sistema financeiro está entre os sectores mais duramente regulamentados da economia a nível mundial. Pois, os governos regulamentam os mercados financeiros com intuito de: aumentar a disponibilidade de informação aos investidores, assegurar a saúde do sistema financeiro e melhorar

o controle da política monetária. Pois quando os governos aumentam a disponibilidade de informação aos investidores é com objectivo de acabar com o problema de selecção adversa e o risco moral que os mesmos possam estar sujeitos e que possam atrapalhar o funcionamento dos mercados financeiros. Ao assegurar a saúde dos intermediários financeiros é com objectivo de evitar o pânico financeiro, uma vez que os provedores de fundos podem não serem capazes de avaliar a saúde geral das instituições detentoras de seus fundos. E ao melhorar o controle da política monetária é com a intenção de melhorar e controlar a oferta monetária, através de normas como exemplo, através das **reserva compulsória**, que torna obrigatória para todas as instituições depositárias manter uma certa fracção de seus depósito no banco central.

3.3. Reformas no Mercado Financeiro em Moçambique

Segundo [Mishkin, (2005)], os mercados financeiros e intermediários financeiros em bom funcionamento são necessários para aumentar o bem-estar económico e a eficiência são cruciais para a saúde económica. Os mercados financeiros desempenham a função económica essencial de canalizar fundos de pessoas que pouparam fundos em excesso por gastarem menos que sua receita, para pessoas que têm escassez de fundos porque desejam gastar mais do que sua receita. Fazendo isso, os mercados financeiros contribuem para uma produção e eficiência mais altas na economia em geral. Eles também melhoram directamente o bem-estar dos consumidores permitindo-lhes planejar melhor o momento das suas compras.

O processo de reforma do sector financeiro moçambicano⁴, enquadrou-se nas linhas gerais traçadas em Setembro de 1990 para a reestruturação da banca estatal.

Para tal foi traçado um plano de acções assente numa estratégia global que passasse pelos seguintes aspectos:

- Revisão da legislação financeira visando alcançar os seguintes objectivos:
 - I. Reflectir no plano jurídico o desejo de desenvolver no País um sector financeiro são e estável;
 - II. Reforçar o papel do BM como Banco Central;
 - III. Reforçar a função de supervisão do sistema bancário;

⁴ Grupo Consultivo, (2001)

IV. Separar as funções de banco central das do banco comercial no BM (separação contabilística e institucional).

Ainda no contexto da reforma do sector financeiro, além das acima referenciadas, constam ainda das linhas gerais que conduziram o processo os seguintes aspectos:

- Reforço da capacidade contabilística;
- Saneamento financeiro dos bancos, em particular da carteira de empréstimos e adequação dos seus capitais e reservas, e
- Reestruturação dos bancos do Estado.

A reestruturação do sistema financeiro foi iniciada em 1991, (Vide anexo 1), com a publicação de legislação a regulamentar a criação de instituições de crédito privadas, ao que se seguiu em 1992 a separação das funções comerciais do Banco de Moçambique, tendo este passado a operar apenas como banco central e banco emissor. Até esta data, o sector financeiro era basicamente um monopólio controlado pelo Estado. Em 1993, inicia-se a entrada de novas instituições financeiras com a instalação do banco de Fomento Exterior. Porém, as reformas do sector financeiro só começaram a ser evidentes a partir de 1995, com a realização, em Outubro de 1994, das primeiras eleições democráticas, que criaram condições objectivas para uma efectiva estabilidade institucional, a partir da qual foi possível ao Governo prosseguir com as reformas do sector financeiro, que permitiram a expansão das instituições financeiras e uma certa diversificação e liberalização de serviços financeiros.

Como a institucionalização do *mercado monetário interbancário*, formalizado em finais de 1996, que permitiu ao sistema bancário operar com maior autonomia relativamente ao Banco Central na diversificação das origens dos recursos financeiros aplicados pelos bancos comerciais. Assim como, nos finais de 1998, o mercado financeiro foi se transformando profundamente, integrando um conjunto diversificado e relativamente competitivo de instituições financeiras, neste período, os dois maiores bancos comerciais de propriedade estatal foram privatizados. O número de instituições bancárias aumentou, incluindo-se nestas uma cooperativa de crédito e um banco de investimento. Em 1999, verificou-se o estabelecimento da Bolsa de Valores de Maputo, que constituiu um importante instrumento para melhorar a actividade de intermediação financeira, pois

através da crescente mobilização de poupanças no mercado interno e externo, permitindo a expansão do financiamento de longo prazo a grandes empresas.

A liberalização do sector financeiro permitiu a entrada de novos bancos comerciais de capitais de accionistas moçambicanos com parceria de instituições financeiras internacionais para atrair fontes externas que são canalizadas para grupos empresariais em troca de garantias reais. Assiste-se também, o desenvolvimento da actividade das microfinanças com novos métodos de empréstimos, incluindo créditos, poupanças e seguros para as populações extremamente pobres, com o propósito de alcançar objectivos multisectoriais.

3.4. Tendências Actuais e Factores Dominantes do Sistema Financeiro em Moçambique

Segundo [Abreu, (2000)], vários aspectos caracterizam as tendências actuais do sistema financeiro moçambicano:

- A desregulamentação que se manifesta através da desmonopolização do sector por parte do Estado, passando actualmente a ser dominado pela iniciativa privada, processando-se através da reforma de instrumentos de política, reflectindo-se na liberalização das taxas de juros e das taxas de câmbio, bem como a transição para a gestão financeira através das operações de mercado aberto;
- A internacionalização que ocorre à medida em que o sector se vai abrindo aos mercados financeiros regionais e do resto do mundo, e aos investimentos estrangeiros por parte de novos accionistas, reflectindo-se na modernização através do uso de novos produtos financeiros como a (disseminação dos cartões de débito e de crédito, ligação on-line, etc.), bem como em termos de inovação (criação de produtos adequados às especificidades do tipo de clientela que Moçambique apresenta);
- A diversificação não apenas de produtos e serviços financeiros, mas também em termos de origens dos capitais investidos e por investir, em termos do tipo de instituições que surgem e das faixas de mercado que no processo da concorrência se pretende abarcar.
- Um dos maiores desafios que se coloca ao sistema financeiro Moçambicano é o da garantia da sua solidez, estabilidade e credibilidade, factores que pressupõem um

envolvimento individual de cada instituição participante e um redobrado esforço em termos de supervisão por parte do Banco de Moçambique.

Capítulo IV: Caracterização da Evolução da Banca

Com o PRE, a partir de 1987, a influência dos organismos financeiros internacionais cresceu e condicionou o funcionamento do sistema bancário nacional. O PRE tinha como alguns dos objectivos a redução substancial dos desequilíbrios financeiros internos e o reforço das conta e reservas externas, a restauração da disciplina financeira nas relações com os parceiros comerciais e os credores.

É neste contexto que, segundo [Castelo-Branco, (1994)], é intensificada a política de restrição de crédito à economia visando eliminar os desequilíbrios monetários e ainda optou-se por *“reduzir a inflação para níveis razoáveis e estabilizá-la, elevar a poupança doméstica e aumentar a eficiência do investimento. A elevação da taxa de juro nominal até níveis acima da taxa de inflação e o estabelecimento de limites de crédito*, foram os dois principais instrumentos utilizados para manter os alvos monetários mesmo nos casos em que a taxa de juro real fosse negativa.

Segundo [Gobe, (1994)], acrescenta ainda *a desvalorização da moeda nacional, a redução do financiamento pelo banco central dos défices governamentais, a redução das despesas governamentais e a liberalização de preços* como outras medidas importantes do PRE. A política de crédito passou a ser de clara contenção, começou a ser posta em prática uma série de medidas podendo se destacar a restrição da expansão de despesas governamentais, a cessação dos financiamentos aos défices orçamentais do governo pelo Banco de Moçambique e a imposição de limites de crédito ao sector privado. Depois de 1989, o controle de crédito bancário e a prioridade aos investimentos eficientes confirmavam uma política monetária restritiva.

A partir de 1991, a reforma económica iniciada com o PRE, alargou-se ao sistema financeiro. Como consequências das reformas efectuadas (*vide anexo 1*), o sistema bancário observou algumas mudanças, tais como: *liberalização da actividade de intermediação financeira e maior integração interna entre diferentes segmentos; redução ou eliminação do monopólio do estado no sector financeiro; diversificação institucional e funcional do sector financeiro; maior abertura do*

sector financeiro ao mercado internacional; modernização do sistema financeiro. [ABREU, (2005)].

Apesar do início da abertura à actividade privada, bem como da separação da função do BM das operações comerciais, só na segunda metade da década de 90, após acumular fortes prejuízos, é que se iniciou a privatização da banca estatal, e ao início das actividades de bancos privados como BIM, Banco do Fomento e exterior, e BCI. Porém, segundo *Métier, (2003)* os graves problemas financeiros herdados da banca estatal, e a falta de transparência, originaram uma crise do sistema bancário em 2000, quando o BCM e o Banco Austral estiveram à beira da insolvência, tendo sido recapitalizados, com elevados custos para o Tesouro.

Contudo, a transformação rápida do sector bancário abriu caminho, para a melhoria do sector financeiro e da capacidade da política monetária e fiscal. Efectivamente, após a privatização do BCM em 1996 e do Banco Austral em 1997, a taxa de inflação caiu significativamente e as taxas de juro reais passaram a ter níveis positivos. Actualmente, o sector bancário é mais diversificado e competitivo, com maiores investimentos privados nos bancos comerciais, o que obriga a uma supervisão bancária do BM mais forte. Tal diversificação e competitividade pode ser demonstrada pelo crescimento de número de bancos e instituições de crédito (*vide anexo 2*). Assim como também pode se verificar a distribuição geográfica de agências bancárias por províncias com uma maior percentagem na província de Maputo (*vide anexo 3*).

4.1. Composição do Sistema Bancários

A indústria bancária em Moçambique é essencialmente constituída por doze bancos, maioritariamente participados por capital estrangeiro, com destaque para capital português e sul-africano. Os produtos financeiros que fornecem, resumem-se em captação de depósitos, concessão de crédito para as diversas finalidades, realização de transferências bancárias, para atender operações de importação e exportação de bens e serviços, entre outros.

Do universo de instituições sob supervisão do Banco de Moçambique constam, 12 bancos, 2 instituições de locação financeira, 6 cooperativas de crédito e 23 sociedades financeiras. Dos

⁵ B M, (2006)

bancos existentes, 3 exploram o segmento de microfinanças, que à luz do Decreto nº 57/2004, de 10 de Dezembro, destina-se a oferecer serviços financeiros ao público de baixa renda sem acesso à banca tradicional.

O Banco Internacional de Moçambique actual Millennium Bim, o Banco Comercial e de Investimento, o Standard Bank e o Banco Austral actual Barclays, são os maiores bancos a operar no mercado financeiro moçambicano (*Vide Anexo 4*), detendo conjuntamente 87.9% dos activos, 84.8% do crédito, 91.4% dos depósitos e 75.7% dos fundos próprios do sistema bancário. Estas cifras revelam que o sistema bancário é ainda bastante concentrado num número relativamente pequeno de bancos, apesar de não existirem sinais evidentes de monopólio que possam inferir sobre a existência de um poder de fixação de preços dos serviços e produtos financeiros.

As cooperativas de crédito têm um peso reduzido no sistema bancário. Em Dezembro de 2006, o activo total destas instituições representava 1.97%, os depósitos 0.5%, o crédito 1.1% e os fundos próprios 3.8% em termos de peso no sistema bancário.

4.2. Características dos Principais Intervenientes no Processo de Alocação de Crédito em Moçambique

O processo de distribuição de crédito, consiste na alocação das poupanças dos *superavitários*, para os *deficitários* mediante a *intermediação financeira* dos *bancos comerciais e outras instituições de créditos especializadas*, sob regras e monitoria do *Banco Central* e da legislação moçambicana. Em geral, a actuação dos vários intervenientes pode ser resumida em:

a) *O papel do BM*- O principal objectivo do BM definido pela *Lei 1/92 de 3 de Janeiro*, é a preservação do valor da moeda nacional, ou seja, este tem o dever de assegurar a estabilidade dos preços e o controle da inflação. Assim, na execução da *política de crédito*, a actuação do BM atravessou várias fases, tendo em consideração a necessidade de tentar evitar a circulação excessiva de moeda, ou seja a criação de moeda adicional pelos bancos comerciais que dê origem a fenómenos inflacionários. Para além das *regras e monitoria da política de crédito aplicada aos bancos comerciais*, o BM participa na distribuição de crédito no país através de:

- *A obrigatoriedade de constituição de reservas obrigatórias* no BM, em moeda nacional, criou um considerável negócio para alguns operadores no sistema bancário – o MMI, visando

agilizar a permuta de liquidez entre as instituições de crédito. As taxas de juro praticadas pelos bancos aos seus clientes foram liberalizadas em *Junho de 1994*, assim cada banco fixa as suas taxas de acordo com as suas pretensões empresariais e comportamento do mercado, mas tendo como base a MAIBOR⁶. Neste jogo de taxas de juro dos bancos comerciais, para além de outros indicadores como estes levam em consideração as taxas das Facilidades Permanentes do Banco de Moçambique⁷, que são um indicador forte de onde o BM quer que as taxas de juro do mercado estejam. Isto vai reflectir-se nas taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais nos empréstimos.

- *Intervenção do Estado no MMI* – como um cliente de baixo risco para os bancos comerciais. As elevadas taxas de juro que paga pelos BTs atraem um volume considerável de poupança. Tais taxas dão também um sinal ao sistema bancário, para que as tome como referência nas suas operações de crédito, sugerindo-lhes um *spread* adicional para o risco. O investidor nacional, e os bancos comerciais, com recursos, podem decidir-se pela compra de BTs, em detrimento de investimentos produtivos e de serviços de maior risco e de menor retorno pelos seus capitais. Para um considerável número de investidores locais, as aplicações em Bilhetes de Tesouro são mais cómodas, mais rentáveis, mais líquidas e de menor risco do que investimentos nas suas actuais ou futuras empresas.

b) Bancos Comerciais - Segundo [Neves, (2003)], a tendência dos bancos comerciais é de concentrar o crédito em operações com maiores rotações de vendas e em clientes de maior prestígio em virtude da sua situação financeira, e o volume de operações que realizam, oferecem menor risco e maior rentabilidade.

c) Sector Privado - Segundo a pesquisa do MPD: DNEAP (2007), a oferta de produtos financeiros direccionados ao crédito é pouco diversificada e poucas empresas têm acesso a crédito de fornecedores, ao financiamento do exterior e a maioria recorre a fundos próprios, o que gera

⁶MAIBOR- É a taxa directora do Mercado Monetário Interbancário (MMI), consiste numa média das cotações "Offer" dos bancos signatários do Acordo de Adesão.

⁷ Taxas das Facilidades Permanentes do Banco de Moçambique: Neste segmento, o Banco de Moçambique intervém com três taxas de juro, sendo elas a FPC, a FUH, e a FPA. Estas taxas, constituem o tecto (FPC) e o chão (FPA) das taxas de intervenção do MMI e a FUH a taxa mais penalizadora do MMI (taxa de último recurso), que foram formalizadas em finais de 1997 e introduzidas em Setembro de 1998..

graves problemas, na medida em que as empresas têm que manter stocks elevados de matéria-prima e de produtos acabados.

Segundo [Neves (2003)], São fundamentalmente algumas grandes empresas e grupos económicos que estão em condições de prestar garantias reais. Consequentemente, o financiamento a pequenos produtores é marginal e o volume global de crédito tende a concentrar-se num número reduzido de empresas e sectores.

As pequenas e medias empresas têm dificuldades em reunir todos os requisitos que a banca lhes exige para lhes fornecer crédito, desde as, garantias bancárias, uma contabilidade transparente, um plano de negócios e uma estratégia de mercado adequada, até um volume de negócios consistente com o nível de recursos pretendidos.

4.3. Programação do Créditos

Até 1994, a expansão de crédito era essencialmente controlada através dos limites de crédito líquido fixados trimestralmente, pelo Banco Central, para os bancos comerciais, com carácter administrativo. Em Junho de 1994, foi introduzido o método dos AIL's descentralizado que teve como pano de fundo uma maior descentralização no contexto da expansão dos agregados creditícios na óptica de AIL's responsabilizando cada Banco, incluindo, o Banco Central, na sua observância, no espírito dos parâmetros programados.

A partir desta data, o método dos Activos Internos Líquidos (AILs) determinados pelo Banco Central passam a servir de referência aos bancos comerciais, para os níveis de crédito concedido⁹, com carácter descentralizado com objectivo *incentivar a captação de poupanças financeiras, através da aceitação de vários tipos de depósitos e promover uma maior compatibilidade entre os bancos na determinação das taxas de juro, no quadro do actual estágio de liberalização deste instrumento*. Este critério da distribuição dos AIL's pelos bancos, exclui à partida todo e qualquer banco que não remunera os recursos alheios, incluindo os depósitos em moeda estrangeira. Isto quer dizer que o Banco Central encontrou um instrumento económico para proteger os pequenos

⁸ Inspirado em Maleiane, (1997).

⁹ Na sua estrutura, os AILs determinados para os bancos comerciais, incluem, para além dos valores agregados de crédito, outras transacções, que não sendo aparentemente conotadas com operações de crédito, têm influência directa e positiva na expansão da massa monetária, com exemplo as reservas bancárias.

depositantes que na fase actual vêm os seus recursos aplicados sob forma de crédito, pelos bancos comerciais, sem a devida remuneração.

Importa referir que a liberalização da taxa de juro, ocorrida em Junho de 1994, só foi possível, com a entrada em vigor da presente metodologia, que define os grandes parâmetros de actuação dos bancos num determinado período. De contrário, seria pura transferência dos custos de ineficiência dos bancos para o público.

A introdução gradual, a partir de 1997, de instrumentos mais flexíveis para o controlo da gestão de liquidez do sistema bancário, traduziu-se por parte da Autoridade Monetária numa política de crédito mais expansionista capaz de acomodar crescimentos significativos da carteira de crédito dos bancos comerciais. Este processo, associado a uma aplicação menos restritiva dos AIL's determinados pelo Banco Central, traduziu-se em 1998 na possibilidade real, para o conjunto dos bancos comerciais, de incrementarem significativamente os seus fluxos de crédito interno. Os primeiros sinais de flexibilidade na aplicação deste instrumento surgem em 1998, a partir do qual os AILs deixam de ser indicadores trimestrais obrigatórios, passando a ser fixados semestralmente também com o carácter obrigatório. Em 1999, este indicador passou a ser determinado anualmente, permitindo ao sector bancário um horizonte temporal mais lato na gestão das suas carteiras de crédito.

Actualmente a estrutura sectorial do crédito no mercado bancário depende essencialmente da estratégia dos bancos sendo de um modo geral, a intervenção do Banco Central, neste domínio pouco influente. Embora ainda prevalece a determinação dos AILs para o sistema bancário, com indicações sobre alocação de crédito por sectores da economia, estes têm um carácter meramente informativo, isto é, internamente os bancos comerciais podem fazer a distribuição de crédito sem que por este facto incorrem em penalização. A abertura do mercado financeiro, e o consequente ajustamento pela Autoridade Monetária dos instrumentos de intervenção directa na política monetária, adoptaram o sistema bancário de uma maior autonomia nas suas transações financeiras. De facto, com a introdução gradual de mecanismos indirectos de controlo monetário, o financiamento actual do mercado permite uma maior influência das instituições financeiras no comportamento das principais variáveis, em particular, sobre as taxas de juro e sobre o crédito.

4.3.1. Evolução das Taxas de Juro¹⁰

As taxas de juro em Moçambique, encontram-se em processo de reforma desde 1989, tendo passado por fases de simplificação e unificação dos níveis tabelados. O esforço de simplificação e unificação tornou possível a manipulação das taxas de juro cada vez menos como instrumento com finalidades típicas da política fiscal/orçamental na priorização entre o consumo e investimento ou entre os sectores de actividade económica, passando-se a dar mais importância à sua função como elemento central do custo do dinheiro.

Sendo que, durante um longo período de tempo, as taxas de juro foram utilizadas como um instrumento mais importante na aplicação de políticas de selectividade do crédito, visando o desenvolvimento diferenciado de algumas actividades de acordo com critérios predeterminados de prioridade. Pois, a nível dos sectores de actividade, a agricultura era o sector que gozava das taxas de juro mais bonificadas, reflectindo prioridade absoluta deste sector nas políticas de desenvolvimento definidas, na altura pelo Governo, consubstanciadas pelo princípio segundo o qual, a agricultura era a base do desenvolvimento e a indústria como factor dinamizador.

No entanto as regras de jogo então estabelecidas não permitiam qualquer remuneração aos depósitos a prazo das empresas estatais, sector este que concentrava a maior parte das unidades produtivas dos vários sectores da economia, em particular a agricultura, a indústria, os transportes e comunicação, e o comércio, Este aspecto aliado ao exposto anterior, contribuiu para a grave deterioração da poupança financeira interna.

Tabela 1: Evolução das Taxas de Juro Activas (1989-1992)

Período de Vigência	Meios Circulantes									Investimentos								
	Até 90 Dias			Até 180 Dias			Até 365 Dias			Até 2 Anos			Até 3 Anos			+ de 3 Anos		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
1/1/89 a 31/8/89	14.0	18.0	26.0	15.0	20.0	28.0	16.0	22.0	30.0	22.0	24.0	32.0	22.0	25.0	33.0	22.0	26.0	34.0
1/9/89 a 28/2/90	15.0	20.0	28.0	16.0	22.0	30.0	17.0	24.0	32.0	22.0	25.0	33.0	22.0	26.0	34.0	22.0	27.0	35.0
1/3/90 a 31/10/90	17.0	20.0	28.0	17.5	22.0	30.0	18.0	24.0	32.0	22.0	25.0	33.0	22.0	26.0	34.0	22.0	27.0	35.0
1/11/90 a 30/6/91	27.0	30.0	36.0	27.5	31.0	37.0	28.0	32.0	38.0	31.0	33.0	40.0	31.0	34.0	41.0	31.0	35.0	42.0
1/7/91 a 22/9/91	28.5	34.0		29.0	35.0		30.0	36.0		32.0	38.0		32.0	39.0		32.0	40.0	
23/9/91 a 31/3/92	32.5	36.0		33.5	37.0		34.5	38.0		35.0	38.0		35.0	41.0		35.0	42.0	
desde 1/4/92	39.0	39.0		40.0	40.0		41.0	41.0		42.0	42.0		43.0	43.0		44.0	44.0	

Fonte: BM (1995)

¹⁰ Inspirado em Abreu S. (1993)

Para o Período 1/1/89 a 30/6/91

NIVEL I: abrangia os seguintes sectores e actividades:

Agricultura, Pecuária e Sívicultura, Comercialização Agrária, Cooperativas Agrícolas, de Consumo e Outros
Indústria Alimentar, Eletricidade, Gas, Vapor de água

NIVEL II: abrangia os seguintes sectores e actividades:

Indústria transformadora (ligeiro e pesada), Indústria Extrativas, Construção, Obras públicas e Habitação, Exportação,
Pescas, Transportes ferro-portuários e outros transportes públicos de passageiros e de cargas (Empresas e Associações)

NIVEL III: abrangia os seguintes sectores:

Comércio Grossista e Retalhista, Restaurantes, Hotéis, Turismo, outros Transportes de Cargas e Passageiros e Outras actividades não incluídas no I e II nível

Para o Período 1/7/91 a 31/3/92

NIVEL I: abrangia os seguintes sectores e actividades:

Agricultura, Pecuária, Sívicultura e Pescas, Comercialização agrária, Cooperativas, Eletricidade, Gas, Vapor de Água, Indústria
Exportação, Construção, Obras públicas, Habitações, Transporte ferro-portuário e Outros transportes públicos de passageiros e de carga

NIVEL II: abrangia os seguintes sectores e actividades:

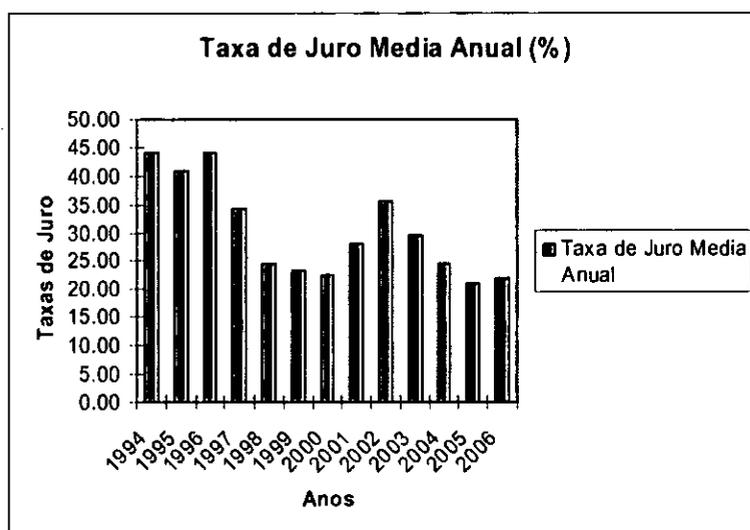
Transporte de cargas e passageiros (exploração individual), Comércio Grossista e Retalhista, Restaurantes, Hotéis e Turismo e outras actividades não incluídas no nível I

Porém, desse período até Abril de 1992, altura em que se eliminou a diferenciação das taxas de juro por sectores de actividade, a taxa de juro distanciou-se do seu tradicional papel de indicador de custo unitário do dinheiro, assumindo de forma não suficientemente transparente, funções para-fiscais. E passou a ser utilizada como um instrumento da política redistributiva, ou seja, alguns sectores subjectivamente considerados prioritários eram bonificados na base de impostos implícitos taxados gravosamente aos demais sectores e, depois, em 1994 com a liberalização das taxas de juro, medidas anunciadas pelo Banco Central, que marcaram o início de uma alteração profunda no regime de determinação das taxas de juro, ao fixar-se o princípio da livre negociação das taxas pelos bancos comerciais e demais agentes económicos, observando as taxas máximas, para as operações activas, e mínimas, para os depósitos a prazo, definidas pelo Banco de Moçambique, fizeram com que os sectores de actividade deixassem de ter um tratamento diferenciado. Pois a partir de 1994, as taxas de juro tiveram uma metodologia em que eram discriminada as taxas de juro de 180 dias, 1 ano, 2 anos e + de 2 anos, que funcionou até 1997, a partir de 1998 foram assumindo outra dinâmica em que eram discriminadas em taxas mínimas, taxas máximas, prime rate, e as linhas especiais para crédito, que funcionou até 2000, de 2001 em diante, voltou a utilizar a metodologia iniciada em 1994, mas com a particularidade de serem discriminadas para 7 dias, 30 dias, 45 dias, 60 dias, 90 dias, 180 dias, 1 ano, 2 anos e + de 2 anos.

Segundo a entrevista no gabinete de estudos e estatística do BM, estas mudanças de metodologia são em função das necessidades de cada momento que forem surgindo.

Taxas de juro das Operações Activas - São taxas aplicadas pelas instituições financeiras, que incluem os custos administrativos, os riscos de reembolso do crédito, assim como o lucro esperado.

Gráfico 2: Evolução das Taxas de Juro Activas de (1994-2006)



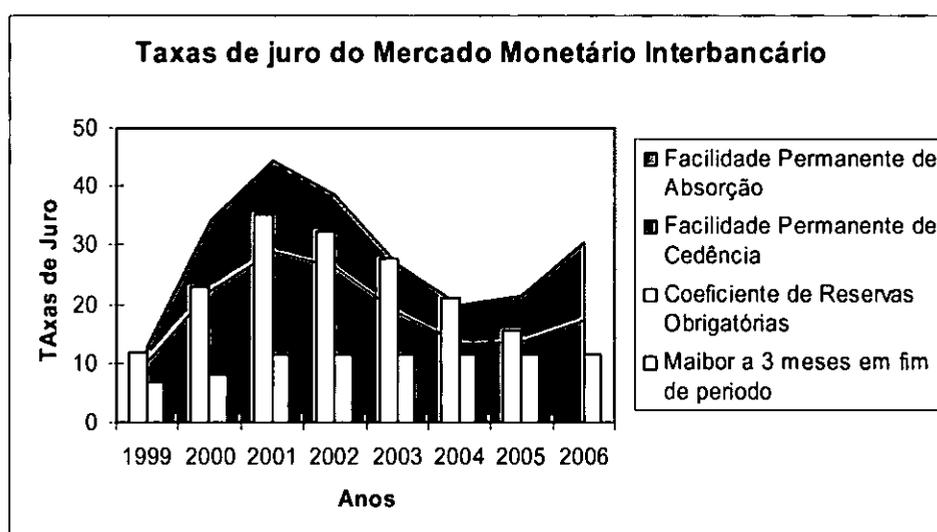
Fonte: BM (1994-2006)

Entretanto, em finais de 1996, com a institucionalização do *mercado monetário interbancário*, permitiu ao sistema bancário operar com maior autonomia relativamente ao Banco Central na diversificação das origens dos recursos financeiros aplicados pelos bancos comerciais, actualmente, as taxas de juro bancárias são muito influenciadas pelo recurso sistemático do sistema ao MMI. A razão deste procedimento está fortemente relacionada com o imperativo fixado pelo Banco Central quanto à constituição de reservas obrigatórias, em moeda nacional, mesmo quando se trata dos depósitos em moeda externa.

A pressão sobre a moeda nacional para que com ela a banca possa satisfazer todos os seus compromissos é grande, daí o recurso ao MMI. O recurso ao MMI é feito fundamentalmente pelas instituições financeiras com menor liquidez, com volumes maiores de crédito. Algumas instituições fazem desta cedência de liquidez uma importante fonte de receita. Trata-se de um

negócio que envolve em média um valor em Meticais superior 50 milhões de Dólares Americanos que deixam de estar disponíveis para crédito aos sectores económicos. A disponibilidade global de recursos para crédito agrava-se ainda com a emissão dos Bilhetes do Tesouro (BTs) através dos quais o Estado cobre os deficits de tesouraria, os quais remunera a taxas atractivas também para o sistema bancário. Nessas aplicações estão assegurados também níveis de bom risco quando comparados com os do sistema económico em geral.

Gráfico 3: Evolução das Taxas de Juro do MMI (1999-2006)



Fonte: BM (1999-2006)

4.4. Caracterização da Evolução do Crédito a Economia (1990-2006)

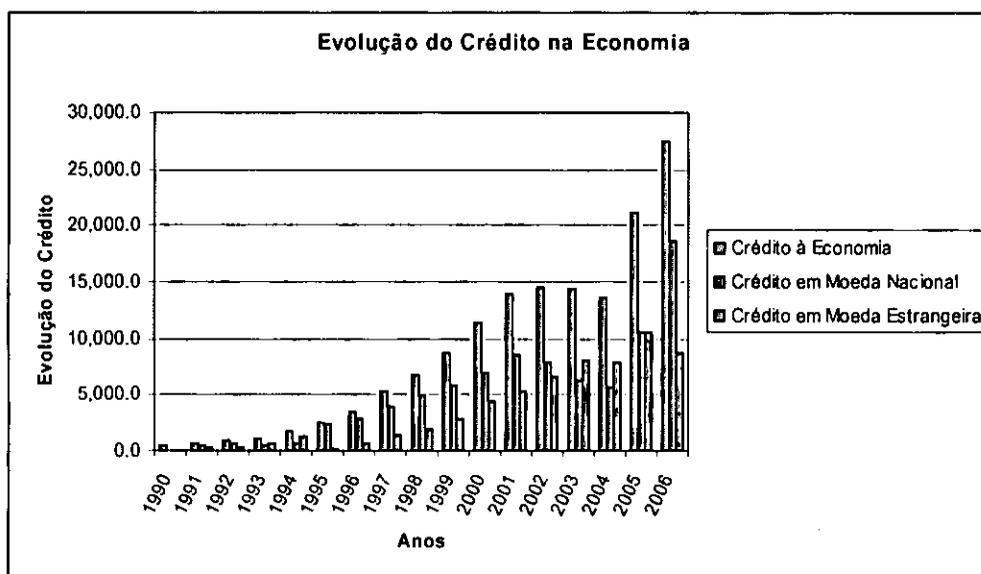
4.4.1. Evolução do crédito na Economia

Observando o comportamento do gráfico a baixo, verifica-se uma tendência crescente da alocação de fundos a economia. Sendo que para o ano de 1990, a carteira de crédito total da economia não era discriminada em termos de proporção de crédito em moeda nacional e estrangeira.

A partir de 1991, altura em que se começa a discriminar o montante de crédito na economia, até 2002, verificou-se uma maior preferência pelo crédito em moeda nacional em relação a moeda estrangeira, excluindo os anos 1993 e 1994, em que o crédito à economia expandiu-se

explicitamente com base em recursos externos, pois, o sistema bancário beneficiou dos saldos acumulados em 1992, pela entrada tardia da ajuda externa naquele ano¹¹.

Gráfico 4: Evolução do Crédito na Economia (1990-2006)



Fonte: Adaptado de INE, Anuário Estatístico 1990-2005; Relatório Anual do Banco de Moçambique (2006)

De 2003 a 2004, verifica-se uma maior preferência do crédito em moeda estrangeira, motivados pela diferença nas taxas de juro das duas moedas, tornando-se mais atrativas em moeda estrangeira em detrimento da moeda nacional.

Durante 2005 verificou-se uma redução nas taxas de juro sobre crédito em metical no sector bancário, para uma média de 20% prazo de um ano, (fonte: GM: 2005). Aliado à subida de inflação para 14%, este desenvolvimento representa uma taxa real média de aproximadamente 6%. Esta redução notável no custo do crédito nacional provocou uma subida na procura do crédito. Em adição, a nova instabilidade cambial gerou um incentivo para substituição de crédito em moeda externa por metical. (Uma substituição acelerada pelo aviso 5¹²).

¹¹ Fonte: BM, (1993).

¹² Aprovação em 20 de Maio, do Aviso nº 5/GGBM/2005, que impõem a constituição de provisões para o crédito em moeda estrangeira a favor de residentes não geradores de receitas em moeda estrangeira, como forma prudências de acautelar o risco cambial inerente a esse tipo de operações.

Segundo [Hassan e Arndt, (2006)], a subida na procura de crédito foi largamente acomodada por um sector bancário que tem verificado rápidas reduções no crédito vencido, e que tem no passado recente canalizado grande parte dos depósitos em metical para obrigações do tesouro. É portanto incorrecto inferir que o aumento no volume de crédito em metical durante 2005 reflecte exclusivamente a introdução do aviso 5. O último obviamente contribuiu para a redução verificada no crédito em dólar, mas não contribuiu para um aumento no crédito total.

Em 2006 o peso da carteira de crédito em moeda estrangeira na carteira total manteve a tendência decrescente, pois nota-se que o crédito em moeda nacional passou a representar maior componente da carteira de crédito total, tendo esta tendência se reflectido ao efeito do aviso 5/GGBM/2005, 20 de Maio¹³, sobre provisões especiais para operações de crédito em moeda estrangeira.

4.4.2. Evolução do Crédito por Sectores de Actividade

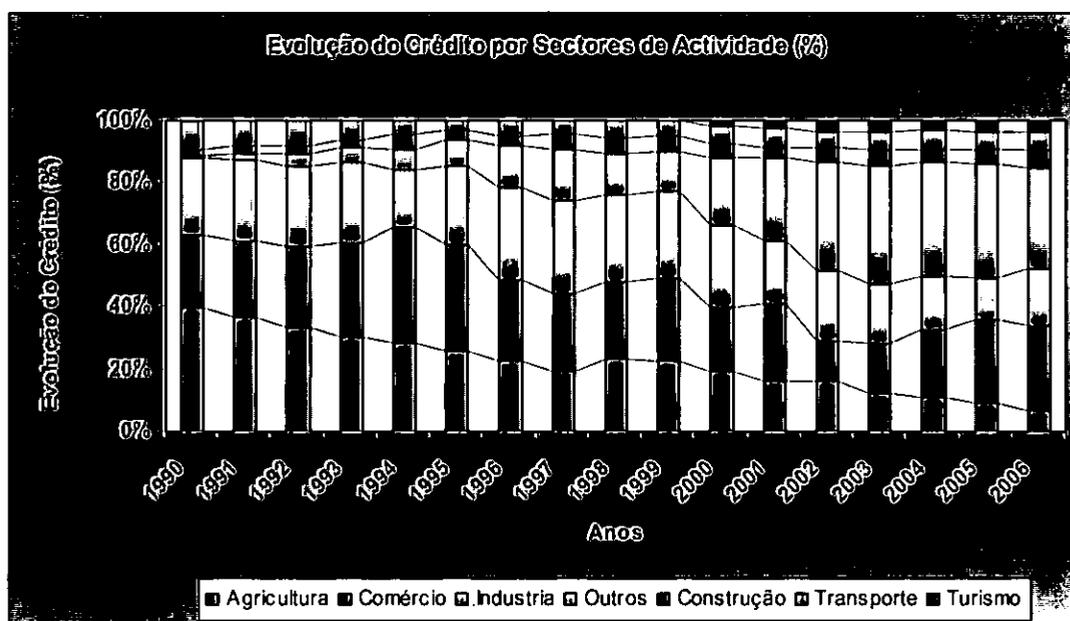
Em termos relativos, observando o gráfico abaixo, depreende-se que a repartição de fundos por sectores de actividades, de 1990 a 1992, não há mudanças significativas, com a agricultura a absorver a maior fatia de crédito (acima de 30%), facto este resultante das políticas em vigor nesse periodo em que se previligava o sector agricola como a principal actividade economica do país.

Ao longo de 1993, a estrutura sectorial do crédito alterou-se substancialmente, com o sector do comércio a absorver maior fatia do crédito (30.5%), seguindo-se os sectores da Agricultura e Industria com 29.7% e 26.2% respectivamente, tendência que se manteve e atingiu o seu ponto máximo em 1994, com 37.4%. A partir de 1996, a Indústria começou a liderar o ranking, apesar de em termos comparativos não ser muito superior ao comércio, o que se mantém até 2003.

Em 2004 até 2006, o sector comercial volta a ocupar uma posição primordial, a seguir a indústria e a agricultura. De 2003 à 2006, revela-se uma tendência decrescente dos fundos alocados à agricultura, possivelmente explicado pela transferência de recursos dos intermediários financeiros aos outros sectores, em particular o comércio e turismo, devido ao menor risco e maior capacidade de retorno aos empréstimos concedidos que o desenvolvimento dinâmico destes sectores tem vindo a proporcionar.

¹³ Fonte: BM (2006).

Gráfico 5: Evolução do Crédito por Sectores de Actividade (1990-2006)



Fonte: BM (1994-2006)

A comparticipação dos sectores de transporte e construções permaneceu baixa e estável ao longo do período em análise, enquanto que os outros sectores apresenta uma tendência crescente durante todo o período, sendo que em 2003 atingio o seu ponto maximo com cerca de 37.8%. Esta tendência baixa e estável do crédito para o sector de construção deve-se a particularidade do próprio sector que funciona com base nos fundos adiantados, em que o Estado financia a obra pagando a empresa e o banco serve como garantia da empresa no cumprimento da obrigações.

Para o sector de transporte, não se difere muito do sector de agricultura, pois este sector também apresenta o elevado risco, pelo facto de não existir uma politica clara, sendo que, o Caminhos de Ferro de Moçambique funciona com dificuldades, o transporte marítimo quase que não existe e o transporte rodoviário, esta nas mãos do sector familiar e informal, sem condições de prestarem garantias e com elevado risco.

Segundo Abreu e Hallan (2003), uma boa parte das mudanças na distribuição sectorial deveu-se ao programa da dívida assumida, cujo impacto positivo centra-se na melhoria da carteira dos bancos.

4.4.3. Evolução Sectorial do Crédito Líquido

Segundo [Abreu e Hallan (1993)], quando os bancos comerciais disponibilizam crédito aos agentes económicos registam-no como crédito concedido ou utilizado. Quando o empréstimo é repago, registam-no como crédito reembolsado. A expansão do crédito líquido, num ano, é a diferença entre o crédito utilizado e o crédito reembolsado nesse mesmo ano.

O montante global do crédito líquido é o volume de empréstimos bancários existentes na economia. Dentro deste montante existem créditos que foram concedidos há bastante anos atrás bem como os que foram mais recentemente concedidos. Usualmente, o crédito líquido é subdividido em meios circulantes – para empréstimos com um prazo de amortização de menos de um ano, e investimento – para financiamento com um prazo de amortização de mais de um ano. Dos quais o trabalho não se desbrussa centrando-se no crédito líquido total.

A distribuição do Crédito Líquido, durante o período em análise não foi uniforme sendo que para o ano de 1994, o sector do comercio absorveu a maior proporção do credito liquido total, situação esta que foi alterada em 1995, a favor da industria, voltando a assumir a sua posição de liderança de 1996 até 1999.

Tabela 2: Distribuição Sectorial do Crédito Líquido (Dados de Dezembro à Dezembro)

Distribuição Sectorial do Crédito Líquido							Milhões de Meticais	
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Agricultura	46.201	133.356	26.206	125.635	312.768	457.521	845.532	
Indústria	25.741	193.557	36.381	341.354	562.371	895.157	1.076.874	
Comércio	61.404	142.659	45.536	370.229	798.173	988.790	781.761	
Transporte	15.332	10.807	1.131	34.116	65.013	130.869	215.550	
Construção	17.196	53.522	-5.648	84.196	150.083	181.348	479.217	
Paticulares	3.643	37.302	19.762	212.955	134.009	364.018	641.065	
Outros	4.614	38.176	4.300	265.907	290.331	717.046	1.156.141	

Fonte: BM (1994-2000)

De 2000 a 2006, esta situação foi se alterando passando o sector industrial a absorver a maior fasquia do crédito, com excepção do ano de 2005 que foi liderado pelo sector comercial.

O sector agrícola ocupou o segundo lugar com maior proporção do crédito líquido, perdendo o seu lugar em 1995, a favor do sector comercial, e voltou a assumir o seu lugar em 2000 até 2006.

Da informação disponível pode-se depreender que um aumento do crédito líquido à agricultura decorre da deterioração da carteira de empréstimo a esse sector, com um provável incremento da dívida mal parada.

Tabela 3: Distribuição Sectorial do Crédito Líquido (Dados de Dezembro à Dezembro)

Distribuição Sectorial do Crédito Líquido						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura	1.874.610	1.774.832	69.796	829.107	254.141	368.519
Indústria	2.345.845	2.816.938	504.596	1.669.755	397.877	1.833.224
Comércio	1.306.124	1.279.484	419.552	130.830	1.705.693	1.473.746
Transporte	537.410	358.682	-10.493	429.017	150.077	540.227
Construção	214.368	356.868	94.878	1.997.861	80.834	402.408
Particulares	1.257.642	1.276.147	427.171	1.507.543	808.005	1.446.823
Outros	2.843.549	1.486.607	1.269.010	2.165.356	1.576.974	1.125.840

Fonte: BM (2001-2006)

Verifica-se que o montante do crédito líquido disponibilizado aos particulares apresenta-se com uma tendência crescente durante todo o período em análise. Em contra partida, os sectores de transporte e construção são os sectores com a menor fasquia de crédito durante o período em análise.

4.4.4. Evolução Sectorial do Crédito Utilizado

Como foi dito anteriormente, o aumento do crédito líquido, de um ano para o outro, é a diferença entre o crédito utilizado e o crédito reembolsado no último ano. Porém, a partir dos dados de crédito líquido não é possível saber se um determinado aumento de, por exemplo, 1mdc, resulta de 100 mdc de crédito utilizado e 99 mdc de reembolsado, ou de somente 1 mdc de utilizado sem qualquer reembolso.

Para ter uma visão mais profunda do que está a acontecer por detrás dos dados do crédito líquido é útil analisar os seus dois componentes separadamente. O crédito utilizado e o crédito reembolsado. Olhando para a tabela abaixo, verifica-se que o sector do comércio, utiliza anualmente, maior proporção do fluxo do crédito total, não obstante, a sua participação no stock do crédito líquido total, seja elevada.

Tabela 4: Evolução Sectorial do Crédito Utilizado (Dados de Dezembro à Dezembro)

Distribuição sectorial do Crédito Utilizado						Milhões de Meticais	
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura	220.655	284.588	202.153	1.540.108	646.747	850.456	1.432.177
Indústria	338.882	572.026	665.559	2.164.291	1.459.565	1.993.661	2.871.715
Comércio	1.189.470	1.509.796	1.170.891	2.247.501	2.184.828	2.293.031	2.057.569
Transporte	84.212	43.853	22.747	298.062	206.949	242.428	704.483
Construção	106.246	122.471	43.165	262.229	291.949	307.814	792.001
Paticulares	12.484	47.871	30.587	380.154	333.486	784.929	972.941
Outros	19.211	48.009	11.934	435.703	677.374	1.361.945	2.381.052

Fonte: BM (1994-2000)

Verifica-se que durante o período de 1994 a 1996 o montante de crédito disponibilizado para Particulares e era relativamente inferior que os Transporte e Construção, mas que a partir de 1997 a 2006, o montante de crédito direccionado a estes foi crescente e assumindo uma posição acima dos mesmos.

Tabela 5: Evolução Sectorial do Crédito Utilizado (Dados de Dezembro à Dezembro)

Distribuição sectorial do Crédito Utilizado						Milhões de Meticais	
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Agricultura	2.101.043	1.881.041	348.030	1.034.004	2.000.886	2.293.728	
Indústria	2.551.717	3.046.531	1.786.085	2.004.005	3.464.503	5.132.101	
Comércio	1.434.283	1.434.843	1.785.792	2.666.709	12.893.604	12.619.026	
Transporte	522.590	471.191	406.549	548.980	755.828	1.557.482	
Construção	339.060	457.134	479.898	399.025	669.482	1.576.707	
Paticulares	1.366.184	1.380.353	890.958	1.654.797	2.074.772	3.119.520	
Outros	3.238.888	3.521.356	3.557.506	3.269.561	5.376.597	5.120.675	

Fonte: BM (2001-2006)

O montante de crédito utilizado pela agricultura é relativamente proporcional a sua participação no stock do crédito líquido total. Uma análise mais abrangente não é possível sem ter informação sobre o crédito reembolsado ou a taxa de reembolso.

4.4.5. Evolução da Taxa de Reembolso

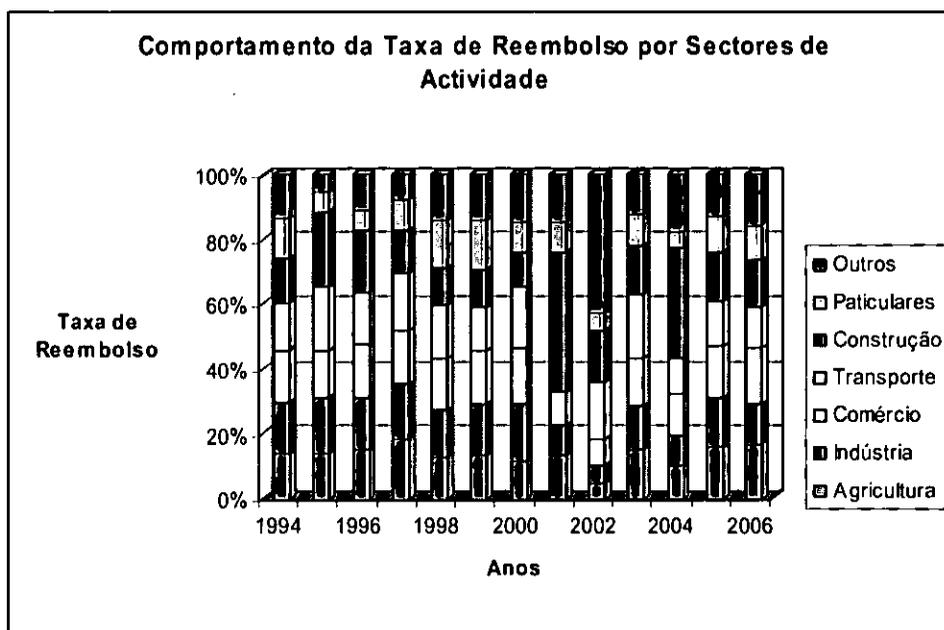
A taxa de reembolso num ano é o montante do crédito reembolsado nesse ano dividido pelo montante de crédito utilizado. Este é o rácio da rotatividade do crédito bancário e serve como indicador da rentabilidade dos empréstimos de cada banco aos diversos sectores. Importa reter que, quanto maior for a inflação, menor tenderá a ser a taxa de reembolso, ceteris paribus. Para manter o valor real dos empréstimos feitos (o que se exige numa economia sem ilusão monetária) o volume de empréstimos concedido pelos bancos crescerá à medida da inflação.

Dado que o crédito a ser reembolsado no momento t foi concedido em $t-1$, uma elevação da inflação em t redundará numa deterioração do valor do reembolso nesse período e, conseqüentemente, cairá a respectiva taxa. Este fenómeno será mais acentuado quando os empréstimos são de longo prazo.

Olhando para os dados apresentados na tabela abaixo, pode-se observar que, para todos anos os sectores de Comércio e a Indústria são os que mais se beneficiam do crédito, pois tudo indica tratar-se de sectores rentáveis para os bancos. Aliás este último aspecto pode explicar o seu peso crescente no portfólio dos bancos comerciais.

A agricultura assim como particulares tem uma baixa taxa de reembolso em relação aos outros sectores. Cada milhão de contos emprestados a este sector produz um maior aumento do crédito líquido comparativamente aos outros sectores. Se a agricultura tivesse uma taxa de reembolso mais alta, o seu peso no stock do crédito líquido total estaria a decrescer ainda mais rapidamente.

Para os períodos de 2001 à 2004, verifica-se um montante elevado do crédito líquido para todos os sectores, que poderá ser explicado pela baixa taxa de reembolso nos sectores em geral.

Tabela 6: Taxa de Reembolso por Sectores de Actividade (1995-2006)

Fonte: BM (1994-2006)

Os sectores de Construção e Transporte, apresentam elevadas taxas de reembolso, facto este que justifica a sua participação baixa no crédito líquido.

O sector agrícola vem registando ao longo do tempo uma fatia cada vez menor do total de crédito disponibilizado aos sectores, este facto pode ser explicado pelo decréscimo nas suas taxas reembolso aos bancos, e por necessitar valores muito baixos.

4.4.6. Evolução Sectorial do Crédito Total por Finalidades

Durante o período em análise de 1990 à 2006, como se pode verificar no (Anexo 6), que a nível da agricultura, os ramos que de mais crédito beneficiaram foram o do açúcar, caju e algodão, enquanto que na industria transformadora se destacaram os ramos têxtil, alimentar, bebidas, tabaco, vestuário e calçado. Assim como no sector dos transporte e comunicação os ramos que mais se beneficiaram do credito foram os transporte rodoviário e o ferroviário, sendo que o ramo das comunicações só se beneficiou do crédito no período de 1990 até 1999, deixando esta de se beneficiar do crédito a favor do transporte Marítimo de 2000 à 2006.

De salientar ainda que nos outros sectores o crédito destinado para o consumo deixou de ser discriminada para o consumo em 1999, possivelmente passando a ser incorporado nos diversos a partir de 2000, devido a sua maior participação no crédito total.

As estatísticas para o sector de pecuária só começou a ser evidenciado a partir de 1996, com uma proporção do crédito total muito baixo em relação aos outros sectores de actividade durante o período em análise, assim como o sector do turismo que só a partir de 2000, é que começou a se beneficiar do mesmo, e com uma tendência crescente até 2006.

No geral verifica-se que os sectores da Industria e comercio apresentam uma fasquia elevada de crédito total disponibilizado para os sectores de actividade, devido a sua capacidade de reembolso, e pelo facto de necessitarem de montantes elevados quando comparados com os outros sectores.

Capitulo V: Estudo de Caso do Millennium Bim

5.1. Historial

O Banco Internacional de Moçambique foi constituído em 1995 tendo iniciadas as suas operações em Novembro do mesmo ano. A sede do banco encontra-se localizada em Maputo, e o seu objectivo é, principalmente a actividade bancária que inclui empréstimo em moeda nacional e estrangeira, concessão de letras de crédito, concessão de garantias bancárias, transações em moeda estrangeira e nacional, depósitos em moeda nacional e estrangeira e outras actividades bancárias consentidas por lei.

O ano de 2001 marcou o inicio de uma nova era na história do banco, pois foi caracterizada pela concretização da fusão entre os bancos BIM (Banco Internacional de Moçambique) e o BCM (Banco comercial de Moçambique), operações inéditas em Moçambique e de considerável envergadura, não só pela sua natureza e complexidade, mas também pela dimensão que a nova instituição assumiu no mercado financeiro nacional. Tratou-se da consolidação de uma importante parceria, em que se procuraram combinar culturas distintas, aliando a história da tradição à iniciativa e modernidade, explorando todas as possíveis sinergias, capitalizando o que de melhor

havia nas duas instituições que se fundiram, com o objectivo de melhor servir o cliente e criar mais valor para os accionistas.

O ano de 2005, o BIM celebrou o seu décimo aniversário com particular satisfação pelos sucessos alcançados. Caracterizou-se ainda por um reforço da imagem corporativa, a adopção da nova marca única **Millennium Bim**, que foi um momento extremamente importante na vida do banco porque, mais do que uma nova identidade e imagem institucional alicerçada numa cultura corporativa renovada, assumiu-se como um projecto de refundação do banco orientado para o cliente, recentrando a atitude na qualidade do serviço prestado e na criação do valor para os accionistas.

Em 2006, o Millennium Bim consolidou o 1º lugar no ranking do sistema financeiro moçambicano (*Vide Anexo 4*) ao alcançar quotas de mercado de 22.76% no activo, 21.99% no crédito e 17.60% nos depósitos.

A estrutura accionista antes da fusão dos bancos BIM e BCM, era:

BCP Internacional II tinha uma participação de 50%, no capital social do banco;

IFC- Internatonal Finance Corporation com uma participação de 25% do capital social;

Estado Moçambicano com 8.75%, no capital social do banco;

INSS- Instituto Nacional de Segurança Social com 7.5 do capital social;

EMOSE- Empresa Moçambicana de Seguros com 6.25% no capital social do banco;

FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade com 2.5% do capital social.

O capital social do BIM era de 318.100 milhões de meticais.

A estrutura accionista depois da fusão dos bancos é:

BCP Internacional II, SGPS; Lda com uma participação de 66.69%, no capital social do banco;

Estado Moçambicano com 20.59%, no capital social do banco;

INSS- Instituto Nacional de Segurança Social com 4.95% do capital social;

EMOSE- Empresa Moçambicana de Seguros com 4.15% no capital social do banco;

FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade com 1.08% do capital social;

Outros (participações individuais) com 2.54% do capital social;

O capital social do Millennium Bim passou a ser de 741.000 milhões de meticaís.

De 2001 a 2006, o Millennium Bim apresentou a seguinte estrutura no produto bancário:

Tabela 6: Evolução dos Produtos Bancário

Milhões de Meticaís

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Margem Financeira	613.428	850.749	707.562	904.003	1.082.185	1.692.211
Margem Complementar	219.091	878.384	559.366	670.072	815.724	1.047.499
Produto Bancário	832.519	1.729.133	1.266.928	1.574.075	1.897.909	2.739.710

Fonte: BIM (2002-2006)

A margem financeira apresenta uma tendência crescente ao longo do período em análise, influenciada pelo aumento dos activos geradores de juros, em particular o crédito concedido, o qual registou um crescimento expressivo, impulsionado pela oferta diversificada de produtos.

Análise de rentabilidade do Millennium Bim.

Tabela 7: Resultados Líquidos do Exercício

Milhões de Meticaís

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Margem Financeira	613.428	850.749	707.561	904.003	1.082.185	1.692.211
Comissões Líquidas	90.896	280.18	271.667	341.263	363.809	514.481
Resultados de Operações Financeiras	25.081	296.29	301.53	323.412	351.57	430.326
Custos de Transformação	612.159	1.115.217	1.105.550	1.195.347	1.325.922	1.504.799
Resultados Líquidos do Exercício	52.800	92.296	128.243	201.641	343.577	1.156.493

Fonte: BIM (2002-2006)

Os resultados líquidos do Millennium Bim atingiram 1.156 milhões de meticaís em 2006, reflectindo um crescimento de 237%. Contribuíram para o bom desempenho dos resultados líquidos a expansão da margem financeira, as menores necessidades de aprovisionamento de riscos de crédito, a recuperação de crédito vencido, o aumento das comissões e dos resultados de operações financeiras e o crescimento em níveis controlados dos custos de transformação.

5.2. Principais Mais valias da Instituição

A aposta nas novas tecnologias, a segmentação do mercado em diversas redes e os recursos humanos constituem os elementos-chave do sucesso do Millennium Bim. O Millennium Bim foi o primeiro banco em Moçambique a funcionar com base num sistema on-line, sistema que, para além de criar e reforçar a confiança no sector bancário, permitiu também disponibilizar aos seus

clientes ATM's e POS's acessíveis através de cartões de débito, e mais recentemente, cartões de crédito, tornando-se o primeiro membro da VISA a operar em Moçambique. A inovação tecnológica permitiu, igualmente, ser o primeiro banco moçambicano com acesso à rede SWIFT, disponibilizando a todos os clientes serviços mais rápidos e mais seguros.

Ao segmentar o mercado, o Millennium Bim apostou em soluções diferenciadas e adoptadas a cada cliente, através de varias marcas com nomes distintos e de um vasto leque de produtos e serviços bancários, incluindo produtos e serviços das subsidiárias do Grupo, baseando-se numa estratégia de cross selling¹⁴.

5.3. Actividade Creditícia do Banco

As modalidades de crédito que o banco oferece são:

Crédito ao Investimento – que é destinado a financiar capitais fixos das empresas (construção, reabilitação de infra-estruturas, financiamento de projectos de raiz ou de expansão, etc);

Desconto de Letras e de Livrança – são operações de crédito pelo qual o banco, adquirindo a propriedade de um título de crédito, coloca à disposição do seu portador, antes da data de vencimento do titulo, o respectivo valor nominal, deduzido de uma importância calculada em função do tempo que falta decorrer até ao vencimento.

Crédito de Curto Prazo – Visa financiar a aquisição de meios circulantes, como também tem sido aplicado para financiar campanhas agrícolas, importação de mercadorias, etc.

Crédito ao Consumo – visa financiar a aquisição de bens de consumo, entre electrodomésticos, viagens, etc. Pela sua característica é destinado a particulares, sendo exemplo deste, a emissão de cartões de crédito.

Crédito a Habitação – que é de médio e longo prazo e destina-se a aquisição de habitação própria pelos trabalhadores e clientes.

¹⁴ Vendas cruzadas de produtos e serviços

Garantias Bancárias – Para apoiar alguns clientes na concretização dos seus negócios dentro e fora do país, nomeadamente na participação em projectos nacionais e internacionais, concursos públicos e privados, o Millennium Bim presta garantias destinadas a garantir o cumprimento das obrigações iniciais dos clientes nesses projectos.

Com varias modalidades de pagamento sendo a normal e tradicional, e pelas operações lising em que o banco transfere o bem para o cliente e ele por sua vez passa a pagar uma renda e depois tem a decisão de compra através de um preço residual que é cobrado.

5.4. Estrutura Actual de tramitação e decisão de crédito

No âmbito dos princípios que nortearam a criação da Direcção de Crédito (iniciada em 1 de Junho de 1999), o ano de 2000 foi caracterizado pela concretização dos objectivos então delineados e aprovados. A centralização da análise e decisão de crédito, permitindo a concentração de experiências em pessoas que se dedicam exclusivamente à análise de riscos, implicou uma melhoria das práticas de análise e maior rigor nos critérios de decisão, diária e constante. Procedeu-se à classificação dos clientes com atribuição de limites de crédito, considerando o grau de risco e a sua capacidade de endividamento, segundo o modelo applicacional adoptado.

Em Outubro de 2000, deu-se inicio ao trabalho de restauração da área de análise de crédito, com vista à unificação dos métodos de avaliação do risco de crédito, orientados para os distintos segmentos de mercado com objectivo de melhoria da eficiência e da eficácia comercial do Grupo.

A estrutura de tramitação do crédito é feita a nível dos gestores de clientes, responsáveis em obter toda a informação necessária para o suporte do crédito, recebem as propostas de crédito, apreciam a proposta e conclui-se sobre a necessidade ou não de aprofundamento do estudo, sendo para tal submete-se para os analistas de crédito para os devidos efeitos.

Os analistas de crédito analisam as propostas do ponto de vista do relacionamento e da reputação comercial do cliente na praça. A sua análise assenta no tipo e valor da garantia que este oferece e na qualidade de relacionamento com o banco.

Algumas propostas de crédito sempre que se ache necessário para o reforço da decisão, são submetidas aos gestores responsáveis pela gestão de risco para uma análise da componente financeira. Esta componente económico-financeira da empresa consiste em fazer uma análise da praça e do seu enquadramento, de modo a produzir um relatório de risco com um parecer sustentado tecnicamente.

Cada um dos três segmentos efectua as respectivas análises de crédito de forma independente. Entretanto, mesmo dentro de cada um destes, as análises são circunstanciadas e dependem de quem as faz e de quando as faz, podendo diferir de analista para analista, dentro do sector ou dum sector para outro.

Ao longo do percurso do banco foi marcado por varias mudanças, sendo que a partir de 2001, foi marcado por uma profunda mudança na história do banco com a concretização da fusão dos bancos BIM e o BCM, onde se observa o encremento no seu capital social, tornando-o mais dinâmico e inovador, e competitivo, com uma crescente evolução do crédito disponibilizado a economia impulsionado pela relativa melhoria do clima de confiança dos empresarios e dos particulares, como pode ser apresentado abaixo:

Tabela 8: Participação do Millennium Bim no Crédito Total*Mil Milhões de Meticais*

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crédito total do Sistema	13.943	14.524	14.367	13.512	21.215	27.414
Crédito total do BIM	7.465	8.403	7.332	6.632	8.837	10.780
Partic. do BIM no Credito total %	53.5	57.9	51.0	49.1	41.7	39.3

Fonte: *BIM (2002-2006)*

O aumento do crédito a economia está associada a forte procura por crédito, tanto pelas empresas para o financiamento de meios circulantes e para investimentos, como por particulares para o consumo e aquisição de bens imobiliários assim como pelo aumento dos investimentos de riscos aceitáveis e com maiores retornos.

No âmbito do leque de alternativas das actividades crediticias do Millennium Bim, a sua carteira de crédito encontra-se diversificada pelos seguintes sectores de actividade, com melhores níveis de

riscos, prosseguindo com a política de prudência na concessão de crédito, consubstanciada na selecção rigorosa dos créditos concedidos, na melhoria contínua dos processos de avaliação, acompanhamento e gestão de risco, o que permite o crescimento da actividade creditícia e simultaneamente a redução do esforço de aprovisionamento dos anos em análise, conforme ilustra a tabela:

Tabela 9: Evolução Sectorial do Crédito do Millennium Bim*Milhões de Meticais*

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura	1.557.505	1.511.820	916.25	770.035	613.957	754.211
Comércio	1.134.261	1.381.484	1.453.017	1.813.046	3.362.212	3.047.941
Industria	1.620.964	1.452.556	1.060.779	1.583.212	1.737.74	1.450.056
Construção	265.935	1.191.751	1.855.177	376.268	590.442	695.891
Transporte e Comunicação	348.191	467.517	392.569	442.699	407.321	1.061.958
Outos	2.538.565	3.397.909	2.654.455	2.646.814	3.125.951	3.770.913
Total	7.465.421	8.403.037	7.332.247	6.632.074	8.837.623	10.780.970

Fonte: *BIM (2002-2006)*

A distribuição do crédito pelos sectores, não foi uniforme conforme se apresenta, pois verifica-se uma tendência crescente de crédito para outros sectores, comercio e indústria enquanto que o sector agrícola apresenta uma tendência decrescente.

Estas diferenças são determinadas pelo número de solicitações que cada sector apresenta, a sua capacidade de gerar retorno para liquidar a sua dívida, assim como o risco que cada projecto possa apresentar e as garantias oferecidas.

Em termos de qualidade da carteira de crédito verifica-se uma melhoria significativa ao longo do periodo em análise como se pode observar na tabela que se segue:

Tabela 10: Evolução da Qualidade da Carteira de Crédito (%)

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito Total	29.2%	24.5%	17.8%	9.3%	3.5%	1.2%
Crédito Vencido / Crédito Total	31%	26.8%	17.9%	9.4%	3.7%	1.3%
Provisões p/ riscos de Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	109.4%	129.7%	144.3%	196.8%	336.1%	407.0%
Provisões p/ riscos de Crédito / Crédito Vencido	107.4%	134.9%	134.0%	194.7%	319.3%	379.6%

Fonte: *Relatórios e Contas do BIM (2002-2006)*

O rácio de crédito vencido sobre o crédito total, foi reduzindo ao longo dos anos o que denota o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Millennium Bim para a sua redução, o que traduz-se num rácio de crédito vencido em percentagem do total da carteira de 1.3% em 2006.

Acrescentando a cobertura do crédito vencido por provisões a 379.6%, devido a manutenção de uma política de aprovisionamento baseada quer no cumprimento das disposições legais em vigor, quer na avaliação dos riscos de crédito numa perspectiva económica e de forte prudência, reflectiu-se numa evolução favorável dos indicadores de cobertura. Facto esse que permitiu o Millennium Bim a posicionar-se na liderança do sector bancário com melhor qualidade de crédito.

Por outro lado, o Banco de Moçambique através do aviso nº 5/GGBM/99, impõe que os bancos reforcem as provisões sobre o crédito vencido, de tal maneira que o Millennium Bim tem estado a tomar estas precauções de forma muito rigorosa, de modo a reduzir o risco de incumprimento do banco.

Tabela 11: Evolução das Provisões para Riscos Gerais de Crédito

Milhões de Meticais

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Provisões para riscos gerais de crédito	194.544	122.284	137.273	132.911	183.868	238.303

Fonte: BIM (2002-2006)

As provisões destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como risco específico, encontrando-se registado no passivo.

As provisões relatam de forma geral a situação da carteira de crédito do banco, ilustrando a situação do crédito vencido, o saldo vencendo, as provisões constituídas, as garantias existentes de cada crédito, o valor das hipotecas, do penhor, etc.

A carteira de crédito indica que ao longo dos anos, os empréstimos têm sido alocados aos clientes e empresas com base no recurso às garantias, como atenuante de risco. Contudo, maior parte dos créditos vencidos da carteira do Millennium Bim incorporam uma garantia, facto que vem ilustrar

que estas apesar de importantes não constituem a base para a concessão de crédito (o crédito assenta na capacidade creditícia do proponente, visualizada pela sua capacidade de gerar recursos)

Tabela 12: Evolução do Crédito com Garantias

Milhões de Meticais

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crédito com outras garantias	2.773.738	3.524.970	3.139.618	2.340.442	2.551.329	2.775.061
Créditos com garantias reais	1.568.468	1.525.837	1.369.347	1.842.488	2.807.799	2.937.403
Crédito em locação Financeira	580.515	827.522	1.054.342	1.166.818	1.851.462	1.987.459
Crédito sem garantias	373.842	270.600	440.82	575.307	685.700	1.703.702
Crédito ao Sector Público	32.18	165.846	149.847	149.29	596.385	1.230.292
Crédito sobre Estrangeiro	31	2		12	3	
Outros créditos	10.926	52.036	40.746	26.52	14.779	8.131

Fonte: BIM (2002-2006)

5.5. Política de Crédito do Millennium Bim

O Millennium Bim opera através dum sistema de normas internas escritas e emendadas pelo órgão de decisão e publicadas através dum sistema de informação a funcionar dentro do banco. Entre os aspectos relatados nessas normas encontram-se as respeitantes à política de pessoal, os instrumentos relativos às operações, aos mecanismos de funcionamento do banco e outros de interesse geral.

Entretanto, em termos de política de crédito, nada foi publicado, guiando-se apenas por princípios e práticas que têm caracterizado o dia a dia do banco. Dentro dessas práticas têm sido definido como base para a concessão de crédito, que a entidade seja cliente há pelo menos 6 meses e apresente na sua conta movimentos que justifiquem o início de tal relação, a ser medido através do seu saldo médio.

Define-se como objectivo do Millennium Bim, conceder crédito de boa qualidade e de elevados montantes acompanhado de garantias sólidas.

Contudo, tanto o objectivo como a condição base para a concessão de crédito limita-se ao conhecimento restrito de alguns gestores cimeiros, os responsáveis pela sua definição, não se

encontrando divulgado pelos demais colaboradores. Estes (os demais colaboradores), limitam-se ao monitoramento das chefias e com um limitado poder de decisão ou de intervenção.

Dentro do processo de crédito, tem sido prática avaliar-se as propostas de crédito, recorrendo-se às seguintes fontes de informação:

- Agência domiciliadoras das contas;
- Outros bancos;
- Sistema bancário através da Central de Riscos do Banco de Moçambique; e
- Praça do cliente.

5.6. Análise de Risco de Crédito do Banco

Como forma de atenuar o risco, o banco condiciona a concessão de crédito à prestação de garantias reais, particularmente de carácter imobiliário ou ainda através de depósitos de caução pelos clientes.

As garantias pessoais (aval, fiança, etc), têm sido aceites como acessório e quando se trate de indivíduos com uma reputação comercial reconhecida no mercado, quer pelos montantes que movimentam, quer pelas posições sociais que ocupam na praça.

Entretanto, para além destes requisitos, também constitui atenuante, a exigência duma comparticipação no montante do investimento por parte do potencial cliente. Este critério tem sido a base para o crédito a habitação e mesmo para os investimentos das empresas. A exigência duma comparticipação circunscreve-se no âmbito da autonomia financeira que é exigida às empresas, como forma de mostrar o seu comprometimento no projecto.

Satisfeitos os requisitos prioritários e autorizado o crédito, cabe ao Gabinete de Execução de Operações, controlar os débitos e créditos sobre as contas dos clientes, de forma a detectar diariamente as irregularidades inerentes aos créditos concedidos.

O BIM faz a avaliação dos mutuários com base em:

- Variáveis quantitativas – componente económico-financeiro da empresa ou do sector;

- Variáveis qualitativas – características do empresário, perspectiva do sector, grau de dependência e factores macroeconómicos, clientes fornecedores;
- Histórico do relacionamento com o banco.

Para as propostas de crédito de médio e longo prazo, o Millennium Bim analisa as propostas na óptica da viabilidade dos projectos e da sua capacidade de gerar meios para fazer face ao serviço da dívida.

Capítulo VI: Problemas de Acesso ao Crédito em Moçambique

6.1. Caracterização de Alguns Problemas de Acesso ao Crédito em Moçambique

A *agricultura*, definida como base do desenvolvimento nacional¹⁵, apesar de ser a principal actividade económica no país, pelo seu potencial em termos de mão-de-obra e recursos naturais, relativamente aos outros sectores, tem vindo a obter uma percentagem cada vez menor do montante global de crédito, o que pode ser explicado por:

- A relutância do sector bancário, na oferta do crédito à agricultura (*Neves: 2003*), devido aos seus condicionalismos em relação às calamidades naturais, e a incapacidade dos produtores apresentarem garantias reais nos pedidos de empréstimos, que lhes coloca numa situação de maior risco para as instituições de crédito formal.
- A inexistência ainda de uma política de crédito atendendo a heterogeneidade do campo, estrangula as iniciativas produtivas e de comercialização de excedentes no meio rural. (*MADER-PROAGRI 2: 2003*)¹⁶.
- A debilidade do pequeno e médio empresário em matéria de capacidade de gestão, de capacidade financeira e a falta de uma cultura de crédito aliada às inadequadas infraestruturas de suporte ao desenvolvimento das suas actividades, bem como, às difíceis possibilidades de

¹⁵ “Na República de Moçambique, a agricultura é a base do desenvolvimento nacional- Artigo 103 da CRM”

¹⁶ MADER- PROAGRI 2 (2003), *Alguns Aspectos da Comercialização Agrícola: Acesso de Produtores e Integração nos Mercados. Relatório Conceptual*

comunicação, não cativam a banca comercial no envolvimento, a curto prazo, em operações de crédito acessíveis, nas zonas rurais. Os pequenos produtores das zonas rurais são grandemente afectados pelas dificuldades sentidas pelo empresariado rural, pois além do acesso à compra de insumos básicos para a sua produção ser limitado, não vêm comercializados os excedentes da sua produção.

- O atraso tecnológico, a falta de capacidade dos próprios camponeses, assim como o problema das infra-estruturas (vias de acesso), para os bancos lá chegarem;

a) A reduzida informação e comunicação (informação assimétrica) no Mercado de crédito é outro dos principais problemas que dificultam o acesso ao crédito (RPED: 1999)¹⁷, por vários motivos:

- Muitas empresas em Moçambique são “novas”, a iniciarem o negócio, ou adquiriram novas firmas privatizadas, não tendo tempo suficiente para estabelecer um cadastro das suas actividades em instituições bancárias e uma reputação sólida (gestão eficiente, cumprimento de prazos, consignação do crédito, etc.) de negócios.
- As instituições designadas para reduzir custos de informação e oportunidade não estão bem desenvolvidas em Moçambique, a supervisão contabilística é fraca, e os bancos e outras instituições de crédito não partilham informações de forma eficiente para reduzir o risco de empréstimos acumulados e créditos mal parados

b) As elevadas taxas de juro cobradas, e as condições exigidas pelos bancos em geral, são suficientemente gravosas para responderem às necessidades de crédito. Isto sem adicionalmente se tomar em consideração o risco sectorial, o nível organizacional, a adequabilidade de capitais próprios das empresas a existência de garantias suficientes, etc, e que, os bancos tomam adicionalmente em consideração, para concederem o crédito.

¹⁷ In Regional Program on Enterprise Development (1999), *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique*

c) A morosidade do sistema legal dificulta o cumprimento dos contratos estabelecidos e a resolução de conflitos, desencorajando a concessão de crédito.

6.2. Algumas Soluções para os Problemas de Concessão de Crédito Existentes em Moçambique

Para a *melhoria do acesso e do custo de financiamento*, algumas reformas podem ser efectuadas. Salientando o papel de cada interveniente no processo de alocação de crédito, distinguem-se algumas propostas de solução, tais como:

- **Instituições bancárias:** (1) reforçar a supervisão bancária, harmonizando a classificação dos empréstimos com a prática internacional (em Moçambique, as taxas de juros são mais elevadas quando comparadas com países no mesmo nível de desenvolvimento (*World Bank: 2005*)¹⁸), e desenvolvendo as competências centrais dos funcionários responsáveis pela supervisão; (2) melhorar a capacidade de monitoria dos créditos; (3) aumentar e diversificar as actividades financiadas a fim de reduzir os riscos de crédito e, aumentar o volume da carteira de crédito para cobertura de custos; (4) consolidar as operações financeiras através de alianças estratégicas com empresas ou cooperativas para, na zona rural, poder beneficiar os pequenos produtores, sem perder de vista a rentabilidade.
- **Governo-** Simplificação da burocracia do sistema judicial a fim de minimizar a complexidade processual. As taxas de juro estão ligadas às expectativas de risco e o funcionamento adequado do sistema judicial contribui para diminuir os riscos dos credores. O âmbito e fiabilidade do registo de crédito administrado pelo BM devem ser alargados.
- **Transparência das contas para redução do risco-** A necessária confiança entre os intervenientes no sistema financeiro só pode crescer através de uma maior transparência das contas de todos. Tanto o Estado como todas as empresas deveriam, obrigatoriamente, tomar públicas as suas contas. A questão fundamental é a da moralização das demonstrações financeiras

¹⁸ In World Bank (2005), *Mozambique Country Economic Memorandum Sustaining growth and reducing poverty*

introduzindo requisitos e regras das quais a mais importante é a da certificação de contas por auditores independentes.

- ***Incentivos à outras instituições de crédito para além dos bancos-*** O melhoramento do acesso ao financiamento pelas microempresas também contribuiria para a minimização do constrangimento imposto pelo elevado custo do capital em Moçambique. Embora a indústria de microfinanças tenha crescido, o seu alcance ainda é pequeno, com maior concentração em Maputo. É necessário eliminar tais obstáculos, incluindo as restrições à tomada de depósitos.
- ***A Problemática das taxas de juro-*** O principal problema no acesso ao crédito em Moçambique é o elevado custo que ele acarreta, traduzindo-se em taxas de juro elevadas, que acaba por desincentivar o uso deste recurso pelas empresas e particulares. É importante, no interesse de toda a economia e da sobrevivência do sistema financeiro, que se caminhe no sentido de se *evitar o círculo vicioso das altas taxas de juro*, adoptando-se medidas rectificativas da situação enquanto não for mais gravosa. Esses procedimentos exigem uma atitude concertada entre os credores, os devedores e os poderes públicos.
- ***PME's-*** Uma das apostas na promoção do empresariado nacional, deve ter como premissa que os recursos financeiros por via do crédito são apenas um dos complementos à capacidade de implementação da actividade. O conhecimento das regras básicas de gestão é outro complemento igualmente importante, para o sucesso dos negócios, diminuindo o risco de crédito. Por isso, em todas as províncias, é necessário realizar acções de formação nas quais se procuram transmitir conhecimentos ligados à concepção e administração de negócios com melhor adequação dos programas de formação à realidade local.

VII Capítulo: Conclusões e Recomendações

7.1. Conclusões

O presente trabalho permitiu concluir que:

A evolução da conjuntura económica nos últimos anos, consubstanciada por uma estabilidade dos agregados macroeconómicos, foi um factor impulsionador do dinamismo verificado no mercado financeiro. O alargamento do sistema bancário, com a entrada de novas instituições financeiras, aliada a modernidade do sector financeiro, permitiu uma maior competitividade entre as instituições bancárias.

A evolução da concessão do crédito na economia, em termos absolutos, tem conhecido uma tendência crescente, associado a forte procura pelas empresas e particulares, o que revela uma maior disponibilidade de fundos para os sectores.

Em termos relativos, analisando a evolução por sectores de actividade, verifica-se que há uma tendência decrescente dos fundos alocados à agricultura, e um aumento nos outros sectores, em particular o comércio, industria, devido ao menor risco e maior capacidade de retorno aos empréstimos concedidos que o desenvolvimento dinâmico destes sectores tem vindo a proporcionar. Pelo contrário, os sectores do transporte e construção têm vindo a apresentar uma tendência estável e baixa ao longo do período em análise.

- Este decréscimo do crédito à agricultura pode ser melhor compreendido como resultado das mudanças estruturais que têm ocorrido na economia, e particularmente, do crescimento do papel do sector privado e diminuição do sector estatal. Uma vez que os grandes utilizadores de crédito agrícola eram as empresas estatais, com a liberalização da economia o sector estatal foi perdendo o seu peso específico e com uma fraca capacidade de retorno aos empréstimos concedidos;
- A maioria dos agricultores, assim como os transportadores rodoviários pertencem ao sector familiar, que tradicionalmente, tem tido grandes problemas nas suas relações com os bancos, porque muitas vezes não reúnem as condições para conseguirem crédito bancário, por um lado, os seus pedidos são de valores muito pequenos e, por outro, muitas vezes não têm

condições para dar garantia dos empréstimos, apresentam um elevado risco, como também para os transportadores rodoviários maior parte deles pertencem ao sector informal;

- O crédito na área de construção tem apresentado uma tendência estável e baixa ao longo do período em análise, facto este que é explicado pela particularidade neste sector de funcionar com base nas garantias bancárias, e fundos adiantados pelo Estado para a construção.

Do estudo sobre o Millennium Bim constatou-se que a concessão do crédito pelo banco é de acordo as necessidades de cada cliente, pois o banco se adequa a cada grupo de cliente que o banco tem, e como o objectivo do banco é fazer lucro, o banco concede crédito em função da rentabilidade de cada projecto, na sua capacidade de honrar com a dívida, assim como em função do risco envolvido nessa actividade e as garantias apresentadas.

Em relação aos factores que influenciam a decisão sobre as taxas de juro cobrada o Millennium Bim fixa as suas taxas em função da taxa existente do mercado interbancário, sendo que a partir desta acrescenta um spread bancário em função do risco associado a operação, isto é, quanto maior for o risco maior será a taxa

A estrutura de tramitação e decisão de crédito pelo Millennium Bim, é feita a três níveis, sendo o primeiro pelo gestor de clientes que recebe a proposta de crédito, e conclui sobre a necessidade ou não de aprofundamento do crédito, depois é submetido ao analista de crédito que analisa a proposta sob o ponto de vista de relacionamento e reputação comercial do cliente na praça, e por fim quando necessário para reforçar a decisão é submetida aos gestores responsáveis pela gestão de risco para uma análise da componente financeira.

Para o Millennium Bim, as assimetrias nos sectores sempre irão existir no país, pelos factos dos sectores apresentarem necessidades diferentes, e o volume de negócios também ser diferentes, bem como a natureza dos mesmos. O Millennium Bim sustenta ainda que o desenvolvimento de alguns sectores como a agricultura não se limita na concessão do crédito mais sim pelo desenvolvimento rural que por sua vez, elevaria o sector, através do desenvolvimento das infraestruturas como estradas, criação de escolas, armazéns entre outros incentivos de modo a atraírem os investidores nessas áreas.

7.2. Recomendações

Diante das conclusões acima apresentadas, recomenda-se:

- O melhoramento das vias de acesso nas zonas rurais é crucial para a redução dos custos de transacção na comercialização agrícola visto que contribuirá para a redução das perdas na produção agrícola;
- A criação de incentivos de forma que os investidores se sintam confortáveis em investirem em actividades de elevado risco, como também comparticipação no risco, por parte do Estado, ou parcerias com as ONGs;
- A criação de facilidades de licenciamentos para que os diferentes operadores informais passassem a operar no sector formal, permitiria aos operadores negociarem melhor os seus créditos junto dos bancos;
- A capacitação técnica no uso de tecnologias mais avançadas pelos agentes que operam no sector da agricultura, principalmente os do sector familiar, de modo a permitir uma produção virada ao mercado o que colocaria aos produtores a negociarem melhor os créditos.

8. Referências Bibliográficas

1. Abreu, A. Pinto, (2000), *Sistema Financeiro em Moçambique*, revista Xitimela: Maputo: CDI-BM.
2. Abreu, A. Pinto, (2005), Moçambique. *Sistema Financeiro nos Últimos 20 anos – Realidades e Perspectivas*.
3. Abreu, S. R. e Hallan, A. P. (1993), *Estudo da Procura e Oferta de Crédito em Moçambique (1987-2002)*. Stafe paper nº 1. Maputo: CDI- BM;
4. Abreu, Silvina, (1993), *O Papel das Taxas de Juro em Programas de Ajustamento macroeconómico com Restrições Creditícias e Mercado Financeiro em Processo de Reforma*. Trabalho de licenciatura. Faculdade de Economia. UEM. Maputo.
5. Banco de Moçambique (1993-2006), *Boletim Estatístico do Banco de Moçambique*. Maputo: Centro de Documentação e Informação.
6. Banco de Moçambique (1993-2005), *Anuários Estatísticos*. Maputo: Centro de Documentação e Informação.
7. Banco de Moçambique (1993-2006), *Relatórios Anuais*, Maputo: Centro de Documentação e Informação.
8. Bannock, Graham; BAXTER, R.E. et Ress. Ray, (1987) *Dicionário de Economia*, Lisboa/São Paulo.
9. Cabral, C. E Pinheiro (1998), *Mercado de Crédito no Brasil*. O Papel Judiciário e outras Instituições. São Paulo.
10. Carpio Jr., Gerald e Dermirguç-Kunt, Asli (1998), *The Role of Long Term Finance: Theory and Evidence* the World Bank research observer.
11. Castelo-Branco, (1994), *Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário*. In Moç, Perspectivas Económicas, Maputo: UEM/ F. Ebert
12. Carvalho A, (2003), *A Lei da Falência, Acesso ao Crédito Empresarial e Taxas de Juro no Brasil*. São Paulo.
13. Cruz. A. Pires, (2004), *Impacto dos Factores Condicionantes do Volume de Crédito*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração. (Tese de Doutoramento).
14. Dornbusch, R., Fischer, S. E Startz, R., (1998), *Macroeconomia*, sétima edição, Mc Graw-Hill, Portugal
15. Gobe, A. (1994), *A Situação Económica do País*, Maputo: UEM/ F. Ebert.

16. Grupo Consultivo (2001), *Reforma do Sector Financeiro*: Maputo: CDI-BM.
17. Hassan, Shakill e Arndt Channing, (2006), *Mismatch Cambial e a Imposição de Provisões Especiais para operações de Crédito em Moeda Estrangeira em Moçambique* – Ministério de Planificação e Desenvolvimento (DNEAP).
18. ISGB, Instituto Superior de Gestão Bancária. (1994), *Crédito Bancário*, Artes Gráficas.
19. KPMG- Associação Moçambicana de Bancos (2006): *Pesquisa sobre o Sector Bancário (2005- 2006)*.
20. Mader- Proagri 2 (2003), *Alguns Aspectos da Comercialização Agrícola: Acesso de Produtores e Integração nos Mercados. Relatório Conceptual*
21. Martelanc, Roy, (1998), *Proposição e Avaliação de Políticas de Hierarquização de Fontes de Financiamento sob restrição de Capital*, São Paulo.
22. Maleiane, A. A. (1997), *As Etapas de Programação do Crédito no Contexto do Programa de Reabilitação Económica e Social em Moçambique*. Stafe paper nº 6: Maputo: CDI-BM.
23. Métier (2003). *Moçambique: Crescimento e Reformas: 1995-2001*.
24. Mishkin, Frederic, S. (2005), *Moeda, Bancos e Mecados Financeiros*, 5ª Edição
25. MPD- DNEAP (2007), *Desenvolvimento de Empresas em Moçambique: Resultados Baseados em Inquéritos ao Sector Manufactureiro em 2002 e 2006*
26. Pinheiro, Armando Castelar, (2000), *O Judiciário e a Economia no Brasil*. São Paulo.
27. Ribeiro, Sérgio Eduardo, (2003), *Análise das Técnicas de Gestão de Risco de Credito. Quer melhorias podem ser introduzidas no actual sistema de analise de credito bancário em Moçambique para minimizar a situação do credito mal parado? Caso do banco comercial e de investimento*. Trabalho de licenciatura. Faculdade de Economia. UEM. Maputo.
28. Rivoire, J. (1986), *As Técnicas Bancárias*. Publicações Europa América.
29. Regional Program on Enterprise Development (1999), *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique*
30. Olso, Marcur,(1996), *Distinguished Lecture on Economics in Government*. Jornal of Economic Perspectives.
31. República de Moçambique (2006), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (2006-2009)*. Maputo
32. World Bank (2005), *Mozambique Country Economic Memorandum Sustaining growth and reducing poverty*

33. Vaz, J. L. (1999), *Gestão Bancária*, Universidade Aberta, Lisboa
34. http://www.italcoopmoz.com/docs/nostre_publicazioni/quaderno_1.pdf, Neves, A. Carvalho (2003) *Alocação Do Crédito Como Factor De Desenvolvimento Das PME's Em Moçambique*, 21 de Agosto de 2007, 15: 30h,

Entrevista feitas

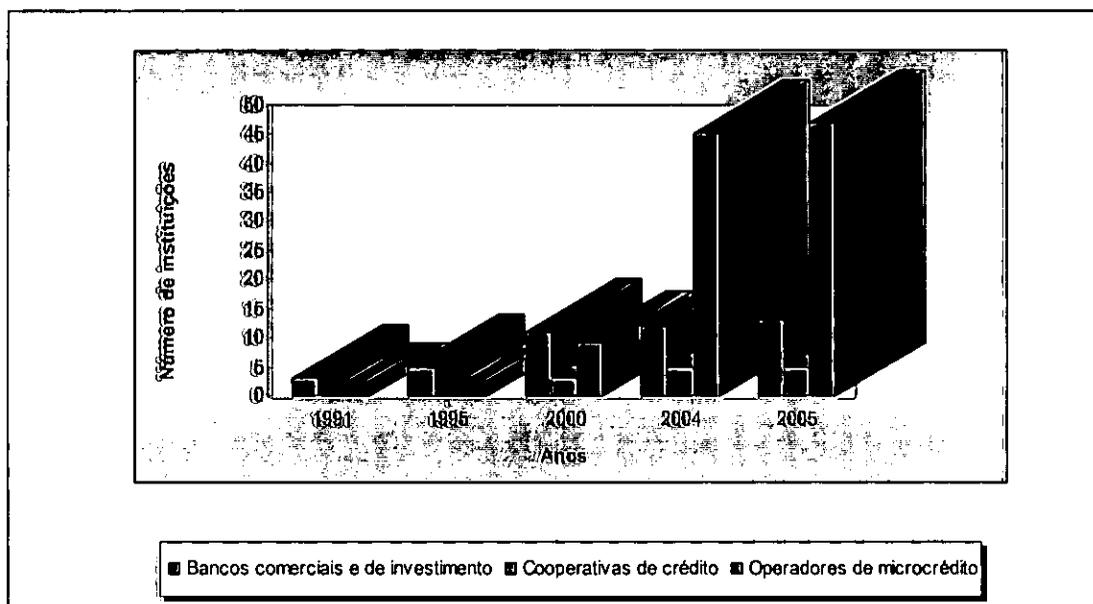
Dr. Fernando Camara, director da área dos créditos do Millennium Bim

Dr. Alberto Mandjate, técnico do Gabinete de Estudos e Estatísticas do Banco de Moçambique

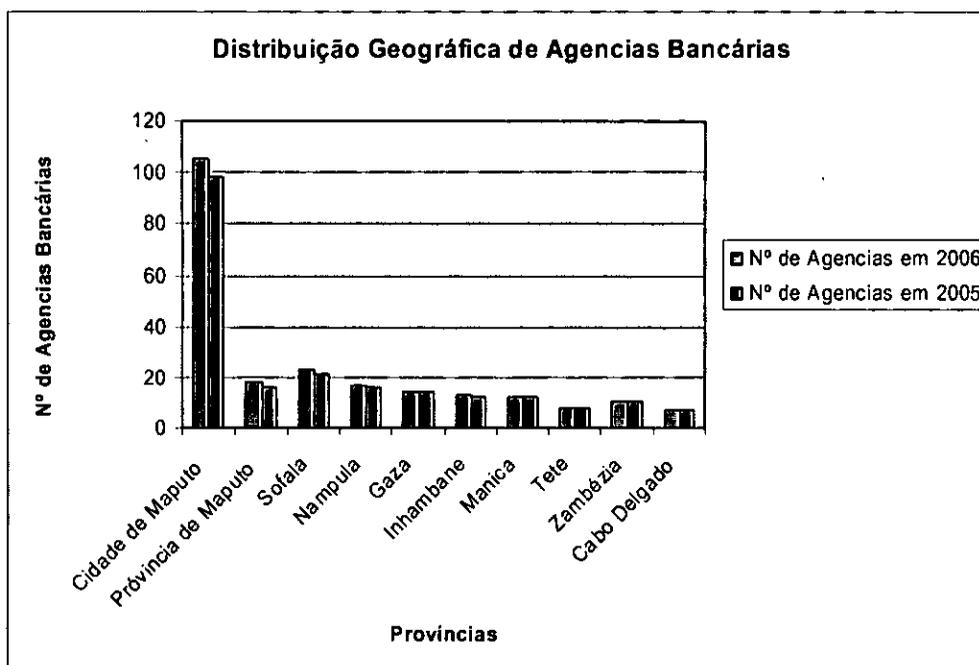
Anexo 1: Evolução do Sistema Financeiro em Moçambique no contexto das políticas empregues (1991: 2005)

PERIODO	REFORMA
	<p><u>Reforma do Sistema Financeiro no contexto do PRES</u></p> <p>1991 – 1998</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforma jurídico-institucional: <ul style="list-style-type: none"> • Lei 24/91 – Liberaliza a actividade seguradora e ressegura dora; • Decreto 3/92 – cria o BCM como corolário da separação de funções de banco comercial e de banco central dentro do BM; • Lei 3/96 – Lei Cambial que introduz as regras das operações cambiais e define o quadro normativo porque se deve reger o comércio e câmbios; • Decreto 45/94 – regula o contrato de locação financeira (leasing); • Decreto 47/98 – regula o exercício de funções de crédito por pessoas singulares ou colectivas (microfinanças); • Decreto 49/98 – cria a Bolsa de Valores de Moçambique; ➤ Reforma de instrumentos de política: <ul style="list-style-type: none"> • 1 de Abril de 1992 – unificação entre as taxas de câmbio do mercado oficial e do MSC → liberalização das taxas de câmbio • Aviso 6/GGBM/93 – determina taxas de juro máximas e mínimas fixadas administrativamente • Aviso 9/GGBM/94 – liberaliza as taxas de juro activas e passivas • Aviso 4/GGBM/96 – formaliza o Mercado Cambial Interbancário (MCI) • Aviso 12/GGBM/97 – cria o Mercado Monetário Interbancário (MMI) • Controlo quantitativo do crédito através de limites de Activos Internos Líquidos <p><u>Reforma do Sistema Financeiro no contexto do PARPA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforma jurídico-legal: <ul style="list-style-type: none"> • Lei 15/99 – Regula o estabelecimento e o exercício da actividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras – preconiza a constituição do fundo de garantia de reembolso de depósitos • Decreto 48/2001 – regula a actividade dos auditores externos das IC's e SF's • Lei 09/2004 – revê algumas das disposições da Lei 15/99, nomeadamente dando poderes ao BM para licenciar e mandar fechar IC's e SF's e permitindo a criação de novos tipos de instituições financeiras ➤ Reforma jurídico-institucional: <ul style="list-style-type: none"> • Decreto 54/99 – regula a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento; • Decreto 56/99 – regula a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento de capital de risco; • Decreto 56/2004 – regula o funcionamento das instituições microfinanceiras e da actividade de microfinanças <p><u>Reforma do Sistema Financeiro no contexto do PARPA</u></p> <p>1999 – 2005</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforma de instrumentos de política: <ul style="list-style-type: none"> • 2000 – controlo da oferta monetária deixa de ser exercido através de limites quantitativos e passa a ser feito por via das operações de MMI; • 2005 – introduz-se o sistema multilateral de determinação das taxas de câmbio do MCI e de leilões de divisas; • 2005 – controlo da oferta monetária passa a ser feito através da combinação entre operações do MMI e as do MC

Fonte: Adaptado de Abreu, P. (2005): Moçambique: sistema financeiro nos últimos 20 anos – realidades e perspectivas

Anexo 2: Evolução do Número de Instituições do Sistema Financeiro (1991- 2005)

Fonte: Adaptado de Abreu, P. (2005): Moçambique: sistema financeiro nos últimos 20 anos – realidades e perspectivas

Anexo 3: Agências Bancárias por Províncias (2006)

Fonte: Relatório Anual do Banco de Moçambique (2006)

Anexo 4: Ranking sobre o Sector Bancário

Nome da Instituição	Ranking			MMZM		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Activos totais						
Banco Internacional de Moçambique	1	1	1	16,689,255	20,097,072	24,670,763
BCI FOMENTO	2	2	2	8,661,806	11,001,033	14,038,177
Standard Bank	3	3	3	7,146,953	10,258,166	13,379,746
Banco Austral	4	4	4	4,296,726	5,731,545	6,353,686
African Banking Corporation	7	6	5	1,013,712	1,079,394	1,641,505
Banco de Desenvolvimento e Comércio	6	7	6	635,732	952,116	1,535,110
União Comercial de Bancos	5	5	7	636,669	2,158,684	1,214,791
Banco Internacional de Comércio	9	9	8	247,907	267,808	444,414
Banco Mercantil e de Investimento	8	8	9	198,859	305,247	390,403
Crédito (MMZM)						
Banco Internacional de Moçambique	1	1	1	5,441,090	8,837,623	10,480,971
BCI FOMENTO	2	2	2	3,834,623	5,577,511	7,666,881
Standard Bank	3	3	3	1,227,324	1,763,562	3,119,533
Banco Austral	5	5	4	715,641	1,048,335	1,262,493
Banco de Desenvolvimento e Comércio	6	7	5	668,701	640,724	923,584
União Comercial de Bancos	4	4	6	284,312	1,738,418	872,883
African Banking Corporation	7	6	7	374,643	730,770	525,850
Banco Internacional de Comércio	9	9	8	91,870	74,416	138,511
Banco Mercantil e de Investimento	8	8	9	54,343	192,319	118,257
Depósitos (MMZM)						
Banco Internacional de Moçambique	1	1	1	14,301,005	17,717,412	20,835,941
Standard Bank	3	2	2	5,824,659	8,739,039	11,329,944
BCI FOMENTO	2	3	3	6,196,642	8,281,839	10,510,073
Banco Austral	4	4	4	3,861,112	3,830,888	4,395,812
Banco de Desenvolvimento e Comércio	7	7	5	578,673	652,319	1,090,746
African Banking Corporation	6	6	6	484,705	881,236	1,047,988
União Comercial de Bancos	5	5	7	448,133	1,001,195	845,337
Banco Internacional de Comércio	9	9	8	169,477	187,722	320,768
Banco Mercantil e de Investimento	8	8	9	130,146	296,594	256,324
Lucros (prejuízos) líquidos (MMZM)						
Banco Internacional de Moçambique	1	1	1	201,641	343,577	1,156,492
BCI FOMENTO	3	3	2	168,751	223,009	512,003
Standard Bank	2	2	3	133,129	274,631	452,300
Banco de Desenvolvimento e Comércio	9	6	4	32,963	27,530	82,696
African Banking Corporation	6	5	5	25,085	29,779	58,244
União Comercial de Bancos	4	7	6	-24,720	17,885	36,709
Banco Internacional de Comércio	7	8	7	46,200	-2,977	9,162
Banco Austral	5	4	8	7,351	39,908	7,609
Banco Mercantil e de Investimento	8	9	9	-17,761	-12,761	-12,406
Rentabilidade dos Fundos Próprios Médios (%)						
Banco Internacional de Moçambique	5	5	1	15.2	22.7	65.2
Banco de Desenvolvimento e Comércio	4	2	2	16.7	25.0	47.9
Standard Bank	2	3	3	22.9	23.8	41.7
African Banking Corporation	1	1	4	26.0	32.8	28.2
BCI FOMENTO	6	4	5	-21.3	23.4	23.0
União Comercial de Bancos	7	7	6	10.4	10.1	14.5
Banco Internacional de Comércio	8	8	7	14.2	-4.6	11.9
Banco Austral	3	6	8	19.5	7.3	2.1
Banco Mercantil e de Investimento	9	9	9	-80.0	-185.7	-20.7

Anexo 5: Evolução Sectorial do Crédito Total por finalidades (Dados de Dezembro à Dezembro)

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO TOTAL POR FINALIDADES								Milhões de Meticals	
Sectores de Actividade	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1. AGRICULTURA	153.944	198.268	233.260	250.779	278.457	451.838	621.496	880.395	1.224.615
1.1 Chá	6.714	7.196	15.299	17.177	15.961	15.961	11.961	11.961	26.164
1.2 Açúcar	33.695	36.368	37.083	30.034	28.415	23.427	22.304	51.92	82.683
1.3 Cajú	7.595	30.978	33.576	37.350	56.669	94.503	139.685	206.635	218.894
1.4 Sisal	71	71	71	71	0	1.277	0	1.418	0
1.5 Copra	7.646	8.157	9.622	7.898	6.893	5.068	18.999	35.134	62.554
1.6 Algodão	16.990	23.878	25.647	36.889	19.481	50.019	175.51	234.797	285.814
1.7 Outros	81.232	91.62	111.962	121.36	151.038	261.583	243.037	338.53	548.506
2. PECUÁRIA							5.144	906	731
3. SILVICULT. E EXPL. FLOR.	5.900	6.257	5.480	8.757	8.720	33.863	69.944	56.229	97.066
4. PESCAS	10.811	11.328	17.695	27.737	31.072	29.237	24.585	102.274	103.382
5. INDÚSTRIA EXTRATIVA	2.352	2.513	2.738	1.416	660	1.097	1.787	1.709	17.069
Carvão	1.708	1.708	1.825	657	0	770	0	0	0
Outras	644	805	913	759	660	326	1.787	1.709	17.069
6. INDÚSTRIAS TRANF.	83.550	125.54	155.069	180.862	176.339	407.578	904.291	1.334.592	1.725.260
6.1 Alimen., Beb. e Tabaco	15.781	27.139	33.672	33.622	28.366	104.206	130.015	330.698	347.851
6.2 Têxteis, vest. e Calçado	17.928	24.705	33.343	40.745	23.620	35.372	22.948	129.626	163.385
6.3 Química	8.200	10.969	10.942	8.264	11.718	22.766	41.14	131.914	197.85
6.4 Metalúrgica	7.796	9.766	14.057	15.109	17.635	26.083	54.584	271.734	209.476
6.5 Outros	33.846	805	63.054	83.122	95.331	219.152	655.604	470.62	806.699
7. ELETRIC. GÁS E ÁGUA	4.537	6.697	10.899	18.887	51.343	46.953	19	28.733	22.078
8. CONSTR. E OBRAS PÚBL.	7.321	13.482	16.387	24.781	54.198	55.914	106.836	267.431	305.297
9. INDÚSTRIA DE TURISMO									
10. COMÉRCIO	96.041	136.823	188.536	266.984	395.552	649.154	789.338	1.269.381	1.537.345
11. TRANSP. E COMUNIC.	38.196	48.135	60.941	53.842	52.160	61.896	155.174	214.136	368.22
11.1 Transporte Ferroviário	30.178	21.915	21.915	20.994	415	451	14.608	15.517	7.178
11.2 Transporte Rodoviário	1.122	8.781	18.040	18.064	24.411	24.594	32.396	56.806	139.190
11.3 Comunicações	49	0	1.621	0	0	103	27.307	52.722	104.105
11.4 Transporte Marítimo									
11.5 Outros	6.848	17.439	19.365	14.783	27.334	36.748	80.863	89.091	117.747
12. INST. FINANC. N/ MONET.	11.173	11.723	15.857	15.424	17.051	17.353	350	8.459	9.631
13. OUTROS SECTORES	4.676	10.545	26.636	40.118	76.133	153.427	406.758	835.876	9.631
13.1 Particular	3.734	6.167	9.777	17.782	27.717	78.075	406.758	97.682	171.738
13.2 Consumo	2.38	4.086	3.000	4.345	7.191	54.017	265.277	294.958	52.144
13.3 Habitação	1.354	2.081	6.778	13.437	20.526	24.058	1.860	65.328	121.201
13.4 Diversos	942	4.378	16.859	22.336	48.416	75.352	139.146	377.908	398.048
TOTAL	407.327	559.533	717.640	874.161	1.124.693	1.890.955	3.085.722	5.000.121	6.153.824

Fonte: Boletins Estatísticos do Banco de Moçambique (1993-1998)

Anexo 6: Distribuição do Crédito Total por finalidades (Dados de Dezembro à Dezembro)

Sectores de Actividade	DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO TOTAL POR FINALIDADES							
	Milhões de Meticals							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1. AGRICULTURA	1.475.304	1.809.113	2.269.223	2.150.096	1.603.643	1.361.996	1.578.664	1.470.696
1.1 Chá	48.362	43.956			1.117	5	6.989	10.875
1.2 Açúcar	114.571	137.869	164.768	396.224	433.974	393.806	441.635	508.842
1.3 Cajú	186.808	277.488	347.206	330.732	205.044	35.927	79.296	83.968
1.4 Sisal	0	0				0	0	0
1.5 Copra	223.475	100.292	273.518	354.38	29.300	22.171	21.250	10.284
1.6 Algodão	234.568	370.721	658.057	611.365	509.702	635.139	677.991	480.45
1.7 Outros	667.52	878.787	825.675	444.156	424.507	261.708	350.625	376.277
2. PECUÁRIA	1.072	15.004	31.184	41.784	54.350	76.051	108.905	41.418
3. SILVICUL. E EXPL. FLOR.	101.567	70.539	186.423	92.843	14.347	32.479	51.721	125.919
4. PESCAS	84.698	171.744	290.741	255.908	263.918	364.604	822.313	901.949
5. INDÚSTRIA EXTRATIVA	25.761	28.668	63.110	91.232	265.956	269.668	198.818	1.213.972
Carvão	0	0	0	0	0	0	879	0
Outras	25.761	28.668	63.110	91.232	265.956	269.668	170.635	1.213.972
6. INDÚSTRIAS TRANF.	1.838.721	2.318.639	2.801.378	2.614.356	2.064.850	1.727.481	1.565.146	2.268.462
6.1 Alimen., Beb. e Tabaco	462.060	641.407	1.082.555	1.080.276	942.022	726.792	702.942	1.153.048
6.2 Têxteis, vest. e Calçado	98.431	253.602	499.502	346.321	87.067	59.668	28.216	24.885
6.3 Química	284.915	154.332	349.589	266.742	80.765	27.921	76.869	40.133
6.4 Metalúrgica	152.742	268.736	228.374	280.185	299.173	292.919	388.966	198.546
6.5 Outros	840.573	1.000.562	641.358	640.832	655.823	620.182	368.154	851.849
7. ELETRIC. GÁS E ÁGUA	20.695	157.723	140.942	399.211	28.378	42.860	108.712	361.386
8. CONSTR. E OBR. PÚB.	289.210	449.671	507.108	615.955	739.306	451.629	847.400	1.443.910
9. INDÚSTR. DE TURISMO		216.837	433.251	554.894	491.055	390.683	742.993	929.416
10. COMÉRCIO	1.754.136	2.027.907	1.987.687	1.809.648	2.112.961	2.393.558	5.608.750	7.019.970
11. TRANSP. E COMUNIC.	407.641	519.216	931.429	763.589	777.865	809.805	1.194.706	1.576.201
11.1 Transporte Ferroviário	5.379	18.599	21.306	6.977	7.258	418	7.642	6.826
11.2 Transporte Rodoviário	176.412	130.749	220.946	189.564	167.373	120.159	335.557	355.008
11.3 Comunicações	72.696							
11.4 Transporte Marítimo		19.200	26.891	25.025	27.585	30.400	38.724	20.928
11.5 Outros	153.154	350.669	662.368	461.643	575.648	569.558	730.433	1.111.089
12. INST. FINANC. N/ MONET.	56.879	121.762	21.803	81.359	212.66	313.553	481.440	295.393
13. OUTROS SECTORES	1.338.390	2.149.155	5.162.084	5.047.133	5.112.377	4.753.408	7.186.767	7.974.672
13.1 Particular	519.747	623.501	1.458.410	1.356.837	1.468.216	1.581.273	2.670.996	3.469.584
13.2 Consumo	155.402							
13.3 Habitação	93.72	413.982	318.793	913.546	550.395	1.072.356	869.500	1.043.031
13.4 Diversos	569.52	1.111.672	3.384.881	2.773.134	3.093.766	2.092.203	3.644.022	3.459.809
TOTAL	7.394.072	10.055.977	14.826.363	14.518.009	13.741.665	12.987.775	20.496.334	25.623.362

Fonte: Boletins Estatísticos do Banco de Moçambique (1999-2006)